



Interativa

Ciências Sociais

Autora: Profa. Ivy Judensnaider

Professora conteudista: Ivy Judensnaider

Graduada em Economia pela Faculdade de Economia da Fundação Armando Alvares Penteado (Faap) em 1981, mestre em História da Ciência pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) em 2004, e doutoranda no Programa de Ensino de Ciências e Matemática da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Atualmente é professora da Universidade Paulista (UNIP) no curso de Ciências Econômicas.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

J92c Judensnaider, Ivy.

Ciências Sociais / Ivy Judensnaider. – São Paulo: Editora Sol, 2022.

156 p., il.

Nota: este volume está publicado nos Cadernos de Estudos e Pesquisas da UNIP, Série Didática, ISSN 1517-9230.

1. Pensamento. 2. Globalização. 3. Sociedade. I. Título.

CDU 301

U514.09 – 22

Prof. Dr. João Carlos Di Genio
Reitor

Profa. Sandra Miessa
Reitora em Exercício

Profa. Dra. Marília Ancona Lopez
Vice-Reitora de Graduação

Profa. Dra. Marina Ancona Lopez Soligo
Vice-Reitora de Pós-Graduação e Pesquisa

Profa. Dra. Claudia Meucci Andreatini
Vice-Reitora de Administração

Prof. Dr. Paschoal Laercio Armonia
Vice-Reitor de Extensão

Prof. Fábio Romeu de Carvalho
Vice-Reitor de Planejamento e Finanças

Profa. Melânia Dalla Torre
Vice-Reitora de Unidades do Interior

Unip Interativa

Profa. Elisabete Brihy
Prof. Marcelo Vannini
Prof. Dr. Luiz Felipe Scabar
Prof. Ivan Daliberto Frugoli

Material Didático

Comissão editorial:

Profa. Dra. Christiane Mazur Doi
Profa. Dra. Angélica L. Carlini
Profa. Dra. Ronilda Ribeiro

Apoio:

Profa. Cláudia Regina Baptista
Profa. Deise Alcantara Carreiro

Projeto gráfico:

Prof. Alexandre Ponzetto

Revisão:

Ricardo Duarte
Willians Calazans

Sumário

Ciências Sociais

APRESENTAÇÃO	7
INTRODUÇÃO	8

Unidade I

1 INTRODUÇÃO AO PENSAMENTO CIENTÍFICO SOBRE O SOCIAL	9
2 PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES DO PENSAMENTO SOCIOLÓGICO CLÁSSICO	13
3 COMTE E DURKHEIM	19
3.1 Auguste Comte: positivismo.....	19
3.2 Émile Durkheim: fatos sociais, consciência coletiva, solidariedade mecânica e orgânica	25
4 MARX E WEBER	43
4.1 Karl Marx: materialismo histórico e dialético, classes sociais, ideologia e alienação.....	43
4.2 Max Weber: ética protestante e espírito do capitalismo, teoria da burocracia.....	55

Unidade II

5 A GLOBALIZAÇÃO E SUAS CONSEQUÊNCIAS.....	74
5.1 Modelos contemporâneos de explicação sociológica sobre a globalização	88
5.2 Teorias da globalização	93
6 O MUNDO GLOBAL.....	96
6.1 Pobreza e exclusão.....	101
6.2 O Brasil na nova ordem internacional.....	116
7 SOCIEDADE E TRABALHO	123
7.1 Transformações no mundo do trabalho: a precarização do trabalho.....	123
7.2 Desemprego estrutural, trabalho infantil, trabalho forçado e informalidade.....	128
8 SOCIOLOGIA E POLÍTICA.....	134
8.1 Democracia e direitos humanos.....	134
8.2 Cidadania e direitos humanos	138

APRESENTAÇÃO

Prezado aluno,

Este livro-texto irá introduzi-lo à formação da sociedade contemporânea, às teorias explicativas dos modos de funcionamento dessa sociedade e às reflexões que, atualmente, se ocupam com a identificação dos processos associados à expansão do capitalismo e aos seus impactos no mercado de trabalho e no exercício da cidadania.

Nossa intenção é possibilitar e estimular a reflexão sobre a sociedade atual e as abordagens que os pensadores, ao longo do tempo, realizaram a respeito das transformações sociais. Afinal, as teorias explicativas dos modos de organização social foram construídas à medida que a sociedade foi se transformando e conforme as relações entre as pessoas foram se modificando.

Parece óbvio imaginar que a sociedade existente na Europa feudal tinha características bem distintas dos centros urbanos que existem hoje nos países industrializados. Aliás, também parece óbvio supor que as comunidades que vivem em países da Ásia têm características diferentes daquelas que estão organizadas nos países latino-americanos. Quais os motivos e os fatores que determinaram essas diferenças? Como podemos compreendê-las? E quais os instrumentos que os sociólogos colocaram à nossa disposição para que possamos entendê-las?

Nossa proposta não é somente transferir um conjunto predeterminado de saberes. As escolhas metodológicas e didáticas a partir das quais o livro-texto foi confeccionado incluem o aperfeiçoamento do espírito crítico e o desenvolvimento das capacidades e habilidades de produção e geração de conhecimento. Pensar sobre a sociedade com base em abordagens teóricas permite pensar a respeito de nós mesmos, da forma como vivemos e nos relacionamos com pessoas e instituições. Assim, você notará que o conteúdo estará sempre entrelaçado ao contexto sócio-histórico que o gerou, bem como aos problemas do cotidiano da vida acadêmica.

INTRODUÇÃO

Este livro-texto está dividido em duas unidades. Em cada uma delas, você encontrará o seguinte:

- Textos explicativos que elucidam a matéria.
- Resumo do conteúdo estudado.
- Exercícios comentados.
- A seção saiba mais, com a indicação de filmes e livros que, de alguma forma, complementam os temas investigados. Não deixe de explorar essas sugestões. Garantimos que você ampliará seu conhecimento sobre os temas apresentados e que essa ampliação será extremamente útil, não apenas na questão específica da disciplina, mas na sua vida profissional.
- A seção lembrete, com anotações pontuais que o remetem a alguma informação já conhecida.
- A seção observação, com apontamentos que chamam sua atenção para algum dado que merece ser destacado sobre o assunto em desenvolvimento. É um recurso que reforça certas questões que quisemos salientar.

Na unidade I, você será apresentado ao contexto do surgimento da sociologia enquanto ciência, contexto esse que diz respeito às revoluções burguesas que ocorreram na Europa a partir do século XVIII. Denominamos burguesas o conjunto de mudanças provocadas pela Reforma Protestante, pela Revolução Industrial e pela Revolução Francesa. Em razão do surgimento da burguesia, segmento social com características totalmente distintas das existentes até então, novas indagações e novos valores mudaram não apenas a abordagem da natureza (e, nesse sentido, a Revolução Científica foi um marco significativo), mas também as relações sociais. Esse contexto propiciou e estimulou o surgimento de pensadores que se dispuseram a refletir sobre a sociedade, entre os quais se destacam Auguste Comte (1798-1857), Émile Durkheim (1858-1917), Karl Marx (1818-1883), Friedrich Engels (1820-1895) e Max Weber (1864-1920). Estes são tidos como os fundadores da sociologia, e ainda hoje influenciam largamente a reflexão sociológica.

Na unidade II, você será apresentado, a partir do olhar sociológico, ao mundo em que estamos vivendo. Portanto, investigaremos o processo de globalização e suas consequências, em especial os modelos de explicação sociológica do neoliberalismo e as teorias da globalização. Na sequência, veremos como o mundo global está constituído e qual é o papel do Brasil nessa nova ordem. Em momento posterior, investigaremos a questão do trabalho, sua transformação no mundo globalizado, o processo de precarização e a informalidade. Finalmente, discutiremos a questão da política, a democracia, os direitos humanos e a cidadania.

Unidade I

1 INTRODUÇÃO AO PENSAMENTO CIENTÍFICO SOBRE O SOCIAL

A sociologia é uma área do conhecimento que tem como objeto de estudo as relações que ocorrem entre os seres humanos, ou seja, que investiga os grupos sociais, as sociedades e o mundo social. Dessa forma, a sociologia oferece instrumentos para investigar desde as relações virtuais propiciadas pelas inovações tecnológicas até os eventos associados ao terrorismo. Seu campo de atuação, portanto, é bastante amplo e complexo.

Temos certeza de que você está se perguntando: não são esses os temas sobre os quais já pensamos e refletimos no nosso dia a dia? Esse campo de estudo, afinal, já não é de domínio de todos que vivem as dificuldades e as vantagens da vida em sociedade nos dias de hoje? Inicialmente, nossa primeira resposta tende a ser positiva: sim, é fato que esses sejam temas sobre os quais conversamos e nos preocupamos todos os dias. No entanto, a sociologia reflete e pesquisa sobre eles a partir de pressupostos científicos e metodológicos próprios. Em outras palavras, a sociologia propõe um olhar diferente daquele que utilizamos quando colocamos o nosso senso comum a serviço de compreender o mundo em que vivemos. A sociologia busca ir **além do senso comum**, propondo-se a abordar a questão das relações sociais a partir de pontos de vista científicos.

Se todos somos capazes de discutir e opinar a respeito do mundo social, qual é a razão, então, para construir uma ciência que se preocupe em compreender a mesma coisa que, sem qualquer esforço, somos capazes de apreender e explicar? É provável que um exemplo o ajude a compreender melhor do que estamos tratando aqui. Podemos dizer, com base na nossa observação, que as pessoas que participaram de festas clandestinas em meio à pandemia de coronavírus eram irresponsáveis, e que a atitude delas denotou ausência de uma moral elevada. Independentemente do conteúdo dessa nossa opinião, uma coisa é certa: a nossa perspectiva não se apoiou em qualquer estudo científico ou sistemático, mas tão somente nas nossas impressões. Poderíamos estar certos ou errados em função do que, seletivamente, observamos.

Essa compreensão da realidade é parcial, já que é **nossa**, e sem qualquer outra evidência que a apoie. O que nós fizemos foi simplesmente emitir uma avaliação com base no que vimos e julgamos, da mesma forma que qualquer outra pessoa poderia fazer. Você há de concordar, no entanto, que essa explicação é insuficiente para dar conta da complexidade da situação colocada diante de nós. Há uma série de perguntas que ficam sem resposta: há diferenças no comportamento dos participantes da festa de acordo com a faixa etária e a classe social? Mulheres e homens comportaram-se da mesma forma? A realização de festas clandestinas pode ter alguma relação com o relaxamento das normas de isolamento social em razão do desenvolvimento rápido das vacinas?

Para que você possa fazer uma análise objetiva sobre o tema, portanto, seria necessário saber, no mínimo: a) as circunstâncias que cercaram a realização das festas clandestinas; b) as características sociodemográficas dos participantes; c) as crenças e os valores dos que promoveram e participaram das festas. Em resumo, seria imprescindível examinar o quadro todo, com objetividade, sistematicidade e método. Em conclusão: se o senso comum formula opiniões sem qualquer compromisso com provas ou evidências, a ciência busca explicar por que as coisas acontecem da forma que acontecem, e procura identificar as variáveis que tornam determinados fenômenos possíveis e outros impossíveis.



Figura 1 – A análise do comportamento de distintas culturas e sociedades em relação à pandemia de covid-19 é um dos possíveis objetos da sociologia

Disponível em: <https://bit.ly/3DtogSj>. Acesso em: 12 nov. 2021.

Podemos, então, afirmar que o senso comum é irrelevante? De forma alguma! O senso comum alimenta e estimula o espírito científico na formulação dos problemas de pesquisa e nos questionamentos em relação à realidade. Podemos, em contrapartida, dizer que a ciência é infalível? Não, de jeito algum. No entanto, há maior probabilidade de que, ao usarmos os instrumentos que a ciência nos coloca à disposição, possamos nos aproximar mais da compreensão da realidade do que se utilizássemos apenas o senso comum. A ciência **reflete sobre o senso comum**, de maneira a nos aproximar de explicações a respeito dos fenômenos sociais e da natureza.



Lembrete

Não estamos afirmando que não há fundamentação científica no senso comum. Ao contrário, o senso comum nos serve de material para a reflexão e para a pesquisa científica. De forma alguma estamos defendendo a ideia de uma ciência infalível em oposição ao senso comum falível.

Por meio de procedimentos sistemáticos e metodologicamente validados, a sociologia vai pensar a realidade social. Tem ela a capacidade de atingir, como área do conhecimento, a mesma probabilidade

de certeza que outras áreas da ciência? A sociologia, em comparação com outras ciências (em especial as físicas e as naturais), consegue atingir o mesmo grau de verdade? Esse é um tema muito complexo e difícil de ser respondido de maneira simples. No entanto, consideraremos o seguinte:

- As ciências físicas e naturais também não alcançam verdades absolutas, imunes a mudanças conceituais em função do tempo. Aparentemente, o fato de ser possível medir e pesar objetos justificaria concluir que o conhecimento alcançado pelas ciências naturais é mais seguro do que o saber construído pelas ciências sociais. Contudo, o fato de as ciências físicas e naturais utilizarem métodos pretensamente mais objetivos não permite concluir que sejam mais científicas que as outras ciências, em particular as humanas e as sociais.
- O mundo físico e natural não funciona de forma mecânica, e isso tampouco ocorre com o mundo social e cultural. Assim, não há como comparar essas vertentes do conhecimento de acordo com seu conteúdo de verdade e certeza. Segundo Santos (1996, p. 14), "ao serem derrubados os mitos de certeza e verdade inquestionáveis das ciências da natureza, promoveu-se a aproximação epistemológica entre as duas vertentes científicas". Afinal, as transformações e os desenvolvimentos das ciências naturais mostraram, nas últimas décadas, que o conhecimento que temos a respeito dos fenômenos físicos não é tão certo e tão seguro quanto imaginávamos. Nossa subjetividade também age quando estamos medindo ou pesando objetos. Em outras palavras, a suposta subjetividade na mensuração dos fenômenos sociais não é muito diferente da subjetividade com que estudamos o mundo natural.

Não faz o menor sentido afirmar serem a física e a biologia mais científicas do que a sociologia. Se fosse assim, se essas áreas do conhecimento produzissem conhecimentos perpétuos, imunes a qualquer mudança, ainda acreditaríamos numa Terra plana e imóvel, ou ainda combateríamos o vírus do cólera com tiros de canhão.



Saiba mais

Sugerimos que leia o livro *O amor nos tempos do cólera*, de Gabriel García Márquez. O cenário é o de uma cidade colombiana em meio a um surto de cólera, no século XIX, quando as pesquisas relacionadas à água como transmissor do vírus ainda eram incipientes.

GARCÍA MÁRQUEZ, G. *O amor nos tempos do cólera*. Tradução: Antonio Callado. Rio de Janeiro: Record, 2019.

Há também um filme homônimo, sob a direção de Mike Newell, que transferiu para as telas um pouco da magia do livro de García Márquez.

O AMOR nos tempos do cólera. Direção: Mike Newell. Estados Unidos; Colômbia: Stone Village Pictures, 2007. 139 min.

Para Santos (1996), a sociologia desenvolveu métodos que permitiram o estudo das ações humanas em termos das relações sociais estabelecidas. Assim, a sociologia parte do princípio de que é possível compreender e explicar a realidade social à luz da razão.

Um dos principais instrumentos de abordagem do mundo social desenvolvido pela sociologia é o que denominamos **imaginação sociológica**. Essa perspectiva pressupõe que, ao longo do tempo, desenvolvemos hábitos, crenças, cultura e relações familiares que, em grande medida, nos auxiliam na apreensão e interpretação da realidade. Somos criaturas do mundo físico e transformamos o mundo físico por meio de nossas ações. Complementarmente, somos fruto da história, ao mesmo tempo que produzimos história. Construimos o nosso tempo histórico, e ele determina as possibilidades e circunstâncias da nossa vida, bem como as formas a partir das quais percebemos o mundo que nos cerca.

A imaginação sociológica constitui um olhar que procura compreender para além das nossas experiências individuais e pessoais. Ela busca o todo, a reflexão sobre aquilo que vai além da nossa visão particular sobre o mundo. Afinal, para compreender a realidade social, devemos olhar **além** da nossa própria realidade individual. Assim, ter consciência da realidade social significa identificar as ligações entre uma série de realidades individuais, apreender o contexto em que essas múltiplas relações ocorrem **para além daquilo que é a nossa própria realidade**. É para isso que serve a imaginação sociológica, e é desses elementos que a sociologia se ocupa.

A imaginação sociológica permite a observação do mundo social e a busca de respostas para questões que permeiam a investigação dos objetos de estudo da sociologia:

- Como cada sociedade está organizada?
- Como as transformações históricas, políticas e econômicas mudaram a organização social e a maneira de as pessoas se relacionarem?
- Como se caracterizam diferentes sociedades e diferentes culturas?
- Como a cultura faz emergir e determina formas de organização social?



Figura 2 – A complexidade do mundo social e a multiplicidade de aspectos que caracterizam a realidade social tornam fundamental a elaboração de métodos específicos e apropriados para estudar a sociedade e as relações que nela ocorrem

Segundo Arruda (1994), são inúmeros os objetos estudados pela sociologia, entre eles os métodos para a pesquisa sociológica, os limites do conhecimento sociológico, as instituições culturais e os processos históricos envolvendo as questões culturais, as artes, os museus, as universidades, as escolas, os métodos de ensino, a representação política, a cidadania, a violência social, as políticas públicas, as relações internacionais, as relações sociais de gênero, as instituições religiosas, a religiosidade popular e as diversas manifestações religiosas encontradas no Brasil. Também fazem parte do escopo da sociologia os estudos sobre a América Latina e a África Negra, os quais vêm recebendo atenção especial dos pesquisadores em razão das heranças históricas que partilhamos com outros países da América do Sul e com a África.

2 PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES DO PENSAMENTO SOCIOLÓGICO CLÁSSICO

Enquanto área do conhecimento com especificidades e características próprias, a sociologia surgiu no final do século XIX como resultado das transformações provocadas pela Reforma Protestante, pela Revolução Industrial e pela Revolução Francesa. Para que o mundo que conhecemos pudesse surgir, foi necessário que o mundo feudal se desintegrasse por completo e que surgisse uma burguesia empreendedora e não submissa aos poderes monárquicos e de Roma. As velhas relações feudais baseadas na servidão e na descentralização política foram, aos poucos, cedendo espaço ao poder centralizador das monarquias – posteriormente enfraquecidas pela própria burguesia. A Reforma Protestante, em contrapartida, enfraqueceu o protagonismo da Igreja católica como centro do qual emanavam valores e costumes.

O desenvolvimento capitalista criou o mundo como o conhecemos e determinou as relações entre os vários grupos sociais com vistas à produção, à distribuição e ao consumo de bens e serviços. Assim, a partir do século XVIII, o crescimento demográfico e a industrialização na Europa mudaram a geografia e as formas de organização social. O progresso se espalhou pelos continentes, impondo novas formas de trabalho, outros modos de vida e o redesenho das fronteiras geográficas. Os centros urbanos modificaram-se com a construção de fábricas e com a degradação ambiental. Bairros de operários surgiram, estradas foram construídas, e a produção de bens e a troca de mercadorias tornaram-se o eixo das atividades econômicas (HOBSEBAWM, 2009).

Duas novas classes sociais apareceram: os burgueses, empreendedores que criavam novas empresas e novos processos de produção, e os trabalhadores. Esses últimos foram abandonando o campo aos poucos em busca de novas formas de sobrevivência e, de maneira também irreversível, foram sendo desapropriados dos seus instrumentos de produção. O trabalho agora ocorria na fábrica, a partir de horários e regras impostas, e todos os equipamentos necessários para a produção de bens pertenciam aos donos das fábricas.

A ascensão da burguesia também estimulou cientistas e inventores, todos preocupados em aumentar a produtividade do trabalho humano e interessados em colaborar para a materialização das promessas de um mundo que parecia, naquele momento, bastante promissor. Aliás, a palavra de ordem era progresso, e o mundo científico assumiu a responsabilidade de permitir o conhecimento e o controle da natureza. A matemática, a física e a biologia consagraram-se como as áreas do saber responsáveis pela construção de um mundo mais justo e que permitisse melhores condições de vida para a humanidade (HOBSEBAWM, 2009).

Mais: se, no início, a burguesia havia fortalecido a monarquia como forma de diminuir o poder dos senhores feudais e da Igreja de Roma, não demorou para que essa burguesia percebesse que não fazia sentido algum sustentar uma corte de nobres ociosos. Estava aberto o caminho para as revoluções que pediam maior participação do povo nos assuntos e decisões do Estado, tal como já vinha ocorrendo na França. Nas colônias – na Ásia, na América e na África –, a exemplo dos Estados Unidos, revoltas e conflitos buscavam romper os laços de submissão e dependência aos interesses da Europa industrializada (HUBERMAN, 1974).



Observação

A Revolução Francesa (1789-1799) foi um movimento que uniu os esforços da classe burguesa e dos trabalhadores contra a nobreza e a monarquia. Por conta desse movimento, a monarquia absolutista foi substituída por um regime republicano secular, independente do poder religioso.

O avanço do capitalismo havia criado não apenas novas classes sociais, mas também estimulado o avanço da dominação europeia sobre as nações da América Central e do Sul, da Ásia e da África. As nações europeias precisavam de mercados fornecedores de matérias-primas e consumidores de bens manufaturados, e a Europa se lançou na direção de territórios ainda não alcançados pelo modo capitalista de produção e consumo de mercadorias. Inglaterra, Rússia, França, Alemanha, Itália, Bélgica – e, posteriormente, até mesmo os Estados Unidos – avançaram em direção a Índia, Singapura, Hong Kong, Austrália, Nova Zelândia, Canadá, Argélia, Tunísia, Nova Guiné, Micronésia, Samoa Ocidental, Eritreia, Somália, Líbia, Congo, Cáucaso, Geórgia, Alasca, Havaí e várias ilhas no Pacífico. Os problemas pelos quais o capitalismo europeu passava naquele momento favoreciam essa expansão forçada e predatória: as empresas europeias, esmagadas pela concorrência interna, já não tinham para quem vender, e nem mesmo a formação de oligopólios conseguia salvar a economia. A resposta para a crise estava fora da Europa (HOBBSAWM, 2009).

O Iluminismo, principal corrente filosófica do período, preconizou a razão como instrumento fundamental para a construção do conhecimento. Não se tratava mais de usar a fé e a religião como formas de acesso ao saber, mas de construir um saber a respeito do mundo que tivesse como base a racionalidade, essa capacidade maior do ser humano de descrever e compreender os fenômenos da natureza. Os anos de 1800 materializaram um modelo perfeito e acabado de ciência, cujo desenvolvimento era estimulado e alimentado pela burguesia. Nas palavras de Fonseca (2009), o avanço da ciência era parte do projeto burguês de progresso e expansão do capitalismo.

Era necessário expurgar emoções, fantasias e credices no processo de conhecimento do mundo. A Inglaterra, país que assumiu a dianteira no desenvolvimento da industrialização, não hesitou em romper com as amarras do cristianismo católico e com o poder papal. A objetividade e a racionalidade haviam tornado os valores religiosos desnecessários, e não havia razão alguma para permitir que Roma e os seus pregadores decidissem o que estudar e como estudar. O escritor Charles Dickens (1812-1870), mais do que ninguém, soube reproduzir esse espírito, que deslocava as emoções e a subjetividade para um papel secundário em relação à razão e à ciência.

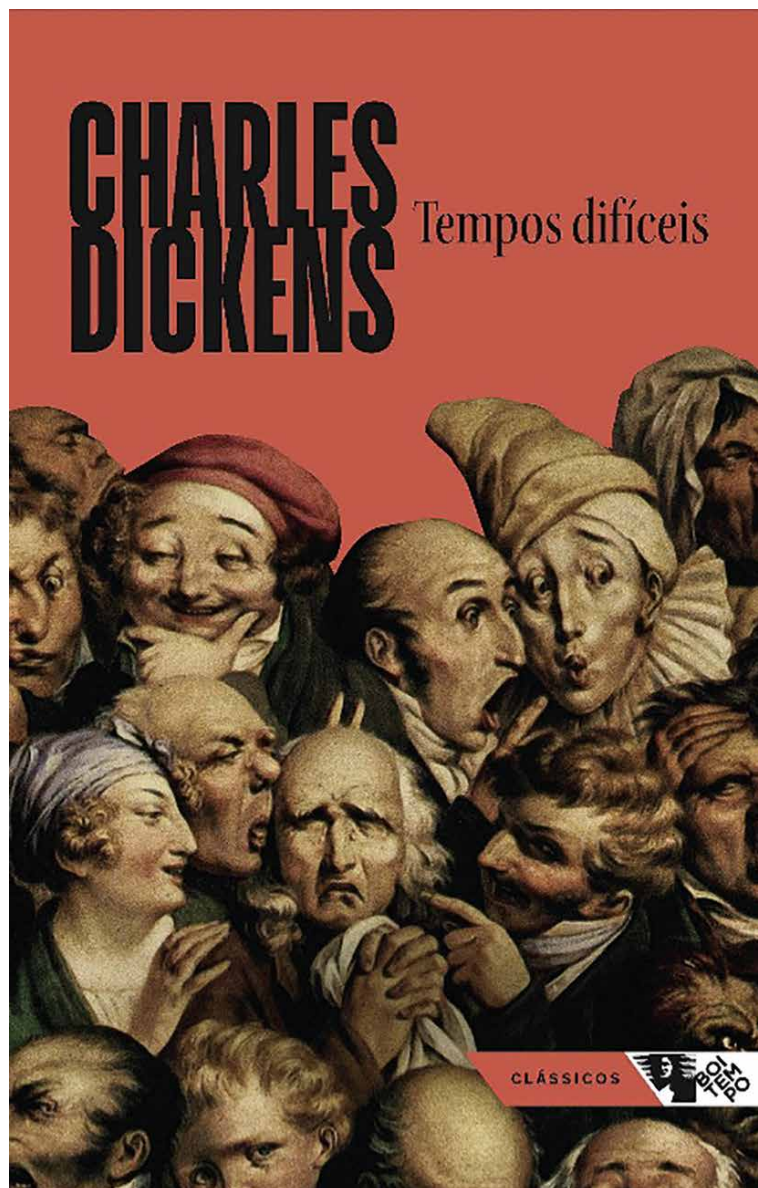


Figura 3 – Na obra *Tempos difíceis*, Charles Dickens faz uma crítica às crenças da sociedade inglesa do século XIX na objetividade da ciência

Fonte: Dickens (2014, capa).

Em *Tempos difíceis*, uma de suas obras mais interessantes, Dickens buscou mostrar como a sociedade inglesa do século XIX priorizava a ciência e a razão. A lógica e a racionalidade eram condições necessárias para a construção do conhecimento, e outros elementos, como crenças e emoções, só faziam obstruir o caminho rumo à certeza. Não deveria haver qualquer estímulo às fantasias infantis, já que delas não resultaria qualquer conhecimento prático; nada de rostos na lua, musiquinhas, personagens ficcionais, animais falantes ou pensantes. Fatos – se possível, mensuráveis: esses deveriam ser o objeto do conhecimento a ser ensinado às crianças. A observação e a catalogação ampliavam o saber, sendo o restante absolutamente dispensável. A seguir, apresentamos um trecho da obra *Tempos difíceis*, na qual Dickens procura descrever como a crença na racionalidade contaminou a sociedade inglesa no século XIX.

Tempos difíceis

O Sr. Gradgrind caminhava da escola para casa em estado de considerável satisfação. Era sua escola, e ele pretendia que ela fosse um modelo. Pretendia que cada criança nela fosse um modelo – como os jovens Gradgrinds eram todos modelos.

Havia cinco jovens Gradgrinds, e cada um deles era um modelo. Havia sido doutrinados desde a mais tenra infância; adestrados, como pequenas lebres. Assim que puderam correr sozinhos, foram obrigados a correr para a sala de palestras. O primeiro objeto com o qual tiveram uma associação, ou do qual conservaram alguma lembrança, foi um grande quadro-negro no qual um Ogro seco desenhava a giz sinistros algarismos brancos.

Não que conhecessem, por nome ou natureza, qualquer coisa sobre os ogros. Os Fatos os livres! Uso a palavra apenas para definir um monstro que vivia num castelo de palestras, só Deus sabe com quantas cabeças manipuladas numa só, e capturava a infância, arrastando-a pelos cabelos para tenebrosos covis estatísticos.

Nenhum dos pequenos Gradgrinds jamais vira um rosto na Lua; já ocupavam alturas lunares antes de falar direito. Nenhum pequeno Gradgrind jamais aprendera a tola musiquinha: "Brilha, brilha, estrelinha! Lá no céu, pequenininha!". Nenhum pequeno Gradgrind jamais fora impreciso sobre o tamanho de uma estrela, já que, aos cinco anos, cada pequeno Gradgrind já dissecara a Ursa Maior como um professor Owen e dirigira o Grande Carro como um maquinista de trem. Nenhum pequeno Gradgrind jamais associara uma vaca no pasto àquela famosa vaca do chifre torcido que chifrou o cão que perseguiu o gato que matou o rato que comeu o grão, ou àquela vaca, ainda mais famosa, que engoliu o Pequeno Polegar: nunca ouvira falar dessas celebridades, e fora apresentado às vacas apenas como quadrúpedes graminívoros e ruminantes, com vários estômagos.

Àquele prosaico lar, batizado de Stone Lodge, o Sr. Gradgrind dirigia seus passos. [...] Stone Lodge era um elemento bastante regular na superfície da região. Nenhuma dissimulação atenuava ou obscurecia aquele intransigente fato da paisagem. Uma casa enorme e quadrada, com um pórtico pesado que obscurecia as janelas principais, assim como as pesadas sobranceiras de seu dono ensombrevavam seus olhos. Uma casa calculada, planejada, equilibrada e testada. Seis janelas de um lado da porta, seis do outro; doze no total numa ala, doze no total na outra ala; vinte e quatro, somando-se as alas de trás. Um gramado, um jardim e uma pequena entrada, todos regrados e medidos como um livro de contabilidade botânica. Gás e ventilação, serviço de água e esgoto, tudo de primeira. Traves e abraçadeiras de ferro, à prova de fogo de cima a baixo; elevadores para as criadas, e todas as suas escovas e vassouras; tudo que o coração poderia desejar.

Tudo? Bem, suponho que sim. Os pequenos Gradgrinds também tinham gabinetes para vários campos da ciência. Tinham um pequeno gabinete de conquiologia, um pequeno gabinete de metalurgia e um pequeno gabinete de mineralogia; e os espécimes estavam todos ordenados e rotulados, e as amostras de pedras e minérios pareciam ter sido extraídas

com instrumentos extremamente rígidos, como seus próprios nomes; e, para parafrasear a estúpida rima de Peter Piper, que nunca foi dita pelas babás dos pequenos Gradgrinds, se os gananciosos Gradgrinds ganhassem mais do que isso, o que, em nome da Grande Graça, ganhariam os gananciosos Gradgrinds?

O pai dos pequenos Gradgrinds continuava caminhando satisfeito e otimista. Ele era um pai afetuoso, à sua maneira; porém era provável que se descrevesse (se fosse obrigado a dar uma definição, como Sissy Jupe) como um pai "eminentemente prático". Orgulhava-se da frase "eminentemente prático", que parecia ter um significado particular quando aplicada a ele. [...]

Ele chegara ao terreno neutro das cercanias da cidade, que não era nem cidade nem campo e, no entanto, a perspectiva de ambos foi arruinada quando ele ouviu o som da música. A banda desengonçada e desafinada, adjacente ao estabelecimento hípico que se instalara em um pavilhão de madeira, zurrava a plenos pulmões. Uma bandeira, tremulando no alto do templo, proclamava à humanidade que o "Circo Hípico Sleary" reivindicava sua intercessão. O próprio Sleary, uma corpulenta estátua moderna com um mealheiro junto do cotovelo, num nicho eclesiástico de arquitetura gótica primitiva, recolhia o dinheiro. A Srta. Josephine Sleary, segundo anunciavam folhetos impressos muito longos e estreitos, iniciava os entretenimentos com seu gracioso carrossel tirolês. Naquela tarde, entre outras maravilhas agradáveis e sempre estritamente honestas que se deveria ver para crer, Signor Jupe "mostraria as divertidas proezas de seu cão altamente treinado, Patas Felizes". Também exibiria "seu espantoso feito de lançar setenta e cinco pesos de cinquenta quilos em rápida sucessão por cima da cabeça, formando uma fonte de ferro em pleno ar, um feito que jamais se tentou neste ou em qualquer outro país, arrancando aplausos arrebatados de multidões entusiasmadas, e por isso não pode deixar de fazer parte do espetáculo". O mesmo Signor Jupe animaria "os vários números, a intervalos frequentes, com gracejos castos e réplicas shakespearianas". Por último, ele brindaria a plateia interpretando seu personagem favorito, o Sr. William Button, da rua Tooley, na "recentíssima e hilariante comédia hípica, *A viagem do alfaiate a Brentford*".

É claro que Thomas Gradgrind não prestou nenhuma atenção a essas trivialidades, mas passou como um homem prático deveria passar, espantando do pensamento os insetos barulhentos, ou trancando-os na Casa de Correção. Mas a curva da estrada levou-o aos fundos do pavilhão, e nos fundos do pavilhão havia numerosas crianças em numerosas atitudes furtivas, esforçando-se para espiar as glórias secretas do lugar.

Aquilo o fez parar. "Ora, e pensar que esses vagabundos", disse ele, "estão atraindo jovens hordas para longe de uma escola-modelo".



Saiba mais

Baseado em outra obra do mesmo autor, o diretor Roman Polanski filmou *Oliver Twist*. Recomendamos que você assista ao filme, em especial para conhecer a situação de mendicância das crianças nas cidades inglesas tomadas pela industrialização.

OLIVER Twist. Direção: Roman Polanski. Reino Unido; República Tcheca; França; Itália: Sony Pictures, 2005. 130 min.

O mundo e os fenômenos da natureza revelavam-se passíveis de mensuração. Tudo poderia ser quantificado e medido, incluindo "nascimentos, óbitos, doenças, preços, produção, animais, condenados por crimes, prostituição, uso do solo, da água e do ar, quantidade de bosques, de moinhos, de rebanhos e de vinhedos" (JUDENSNAIDER, 2012, p. 56). Qual era o principal objetivo desse esforço de quantificação? Partia-se do pressuposto de que conhecer o mundo permitiria modificá-lo. Assim, a mensuração e a quantificação seriam utilizadas como instrumentos importantes para a elaboração de leis que explicassem o funcionamento do mundo e da sociedade; em outras palavras, a construção de leis explicativas sobre o mundo e a sociedade tornaria possíveis o controle e o domínio dos homens e da natureza.

A sociologia deu os seus primeiros passos nesse contexto. Afinal, como conhecer a sociedade e como compreender as relações sociais de forma a transformar e melhorar o mundo? A resposta era bem simples: caberia à sociologia fazer com que o mundo parecesse menos confuso e incompreensível. Como afirmado por Mills (1975), era responsabilidade da sociologia investigar os fenômenos sociais com rigor científico, fazendo uso de métodos apropriados para a compreensão daquilo que era seu objeto: a vida em sociedade e as transformações sociais. Se a biologia e a física forneciam os instrumentos necessários para o conhecimento da fauna, da flora, do movimento e do mundo celeste, deveria haver uma área do saber que se encarregasse de fazer a mesma coisa com o mundo social, uma área do conhecimento que fosse capaz de analisar a realidade do ponto de vista da física social.



Figura 4 – A sociologia tem a proposta de, por meio de métodos científicos, compreender o mundo social e explicar o seu funcionamento

Disponível em: <https://bit.ly/3oOHXjh>. Acesso em: 12 nov. 2021.

Há quem diga que as ciências, de modo geral, não têm pai ou mãe. A ideia por trás dessa afirmativa é a de que áreas do conhecimento não surgem por conta da atuação de um ou dois pensadores. Na maior parte das vezes, elas emergem de formas de pensar a realidade ou de tentativas de responder a perguntas que o tempo histórico coloca diante dos homens. Assim, elas não são realizações de indivíduos particularmente talentosos ou geniais, mas de circunstâncias que levam os pensadores a refletir sobre determinados objetos a partir de determinadas maneiras.

Com base nesse pressuposto, não pretendemos aqui falar a respeito dos "pais" da sociologia. Nossa intenção é trazer para você algumas ideias consideradas "fundadoras" da sociologia, desenvolvidas por vários pensadores, que, em razão do seu tempo histórico e das situações diante das quais foram colocados, construíram abordagens que se mostraram, ao longo do tempo, capazes de delimitar uma nova área do conhecimento. Esses pensadores, vistos como os fundadores do pensamento sociológico, são Auguste Comte, Émile Durkheim, Karl Marx, Friedrich Engels e Max Weber. A seguir, entraremos em contato com as suas reflexões e com o ambiente que estimulou as investigações que realizaram.

3 COMTE E DURKHEIM

3.1 Auguste Comte: positivismo

Na Europa do século XIX, o clima era de otimismo em relação ao futuro. Máquinas, invenções mirabolantes, novos produtos, aumento da produtividade, crescimento populacional, aumento da oferta de alimentos e produtos, tudo parecia indicar que o destino humano estava irremediavelmente atrelado ao ideal de progresso. A sociedade, ao longo do tempo, nada fizera além de melhorar e se desenvolver, e não havia razão alguma para duvidar de que esse fenômeno tivesse um fim (HOBBSAWM, 2009).

Como explicar o avanço da ciência e do conhecimento se não fosse o progresso o motor do desenvolvimento social? Afinal, a razão e o saber haviam permitido compreender a natureza e modificá-la, num *continuum* sem fim de melhorias, evolução e aperfeiçoamento. O sentido do desenvolvimento humano seguia uma marcha de avanço, sempre caminhando para a frente, sempre acumulando conhecimento. Se as ciências naturais e físicas haviam experimentado esse progresso, era razoável

descobrir, através de pressupostos científicos, as leis ou postulados que regiam o mundo, para que a realidade pudesse se tornar inteligível. [...] Como os procedimentos científicos haviam proporcionado inúmeras descobertas no campo das ciências exatas e naturais, caberia então às ciências sociais descobrir as leis que possibilitassem o conhecimento do homem. A partir daí foram criadas, no século XIX, sociedades científicas encarregadas de desenvolver pesquisas na área de ciências sociais e humanas (FAUSTINO; GASPARIN, 2001, p. 158).

Por um lado, a biologia havia se tornado o paradigma da investigação científica: observava-se a realidade, coletavam-se dados e categorizava-se a informação. Por meio da observação objetiva e racional, Charles Darwin havia conseguido provar a evolução das espécies, em razão de sua capacidade de adaptação. Progresso e evolução: esses eram atributos inequívocos da natureza, representados pelo

aumento da complexidade dos seres vivos. Nada mais razoável, portanto, que usar os mesmos métodos e chegar às mesmas conclusões a respeito do mundo social. E, se fosse possível apreender as leis de funcionamento da física social, por que não as utilizar para acelerar o processo de avanço da sociedade?



Figura 5 – Segundo o positivismo, da mesma forma que bebês se tornavam adultos e que sementes faziam crescer árvores, a sociedade, enquanto forma de organização humana, também estava fadada ao progresso e ao desenvolvimento

Disponível em: <https://bit.ly/3FEi9fJ>. Acesso em: 12 nov. 2021.

O pensador que melhor simbolizou essa crença no progresso e na aplicação dos métodos empíricos (quer dizer, ligados à experiência) para alcançar o conhecimento foi Auguste Comte (1798-1857). Nascido na França, teve uma vida familiar muito instável e problemática, o que explica algumas dificuldades no seu desenvolvimento emocional. Na Escola Politécnica de Paris, teve aulas com a nata da intelectualidade europeia, e esse convívio fortaleceu nele a crença de que a humanidade estava destinada a se organizar, social e politicamente, de forma racional (GIANNOTTI, 1978), desde que fizesse uso do conhecimento científico e objetivo.

Este é um aspecto importante do pensamento comtiano: da mesma forma que o conhecimento havia se desenvolvido ao longo do tempo, deixando para trás as explicações místicas e religiosas, era possível que a organização da sociedade fosse se aprimorando com o tempo, libertando-se de crendices e falsas concepções, e permitindo que todos usufríssem dos benefícios do progresso. Comte também entrou em contato com as ideias de alguns pensadores franceses e ingleses, de origem liberal, mas utópicos, que sonhavam em construir sociedades perfeitas, nas quais todos trabalhariam na medida do preciso, sem que houvesse qualquer necessidade de dinheiro ou posse de bens – sociedades nas quais a igualdade e a felicidade estariam ao alcance de todos (HEILBRONER, 1996).

A obra maior de Comte e, portanto, a obra fundadora da física social, a sociologia, é o *Curso de filosofia positiva*. Nesse livro, Comte ataca a abstração matemática (embora ele mesmo fosse um matemático) e põe no topo do conhecimento a física, a química e a biologia. Caso a física social pudesse fazer uso dos métodos experimentais consagrados pela física, pela química e pela biologia, ela faria jus ao estatuto de ciência.

Assim, o positivismo desenvolveu-se como uma escola de pensamento cujo traço marcante era a defesa de soluções para resolver as mazelas sociais, mesmo as decorrentes do desenvolvimento capitalista. Em outros termos, essa filosofia defendeu ser "possível que a ciência elaborasse instrumentos para debelar todos os problemas da humanidade, até porque, e principalmente, o modo de produção era fortemente influenciado pela ciência" (FAUSTINO; GASPARIN, 2001, p. 279). Era necessário dominar as emoções e permitir que a ordem conduzisse a humanidade na direção do desenvolvimento harmonioso. Por isso, com exceção da física, da química e da biologia, não havia razão alguma para permitir o avanço de outras formas de conhecimento. Sim, havia a física social, mas o que garantia o seu atributo científico era justamente o fato de ela fazer uso dos métodos das ciências consagradas.

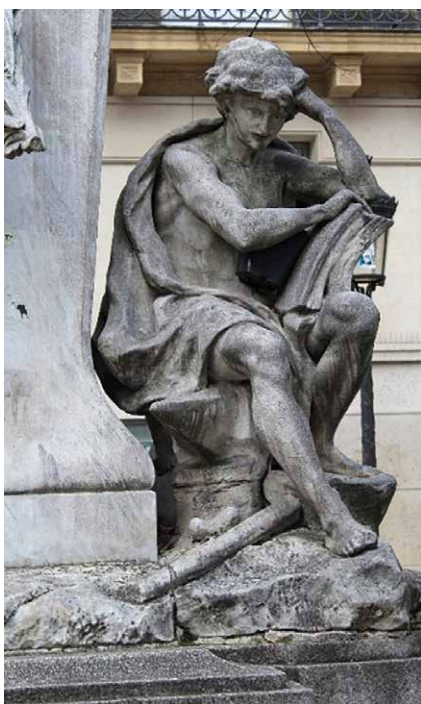


Figura 6 – Monumento em homenagem ao pensador Auguste Comte, em Paris

Adaptada de: <https://bit.ly/3mFlrH7>. Acesso em: 12 nov. 2021.

Para Comte, era condição essencial que a sociedade passasse por transformações para que o futuro glorioso da humanidade se confirmasse. Era fundamental que houvesse uma nova forma de pensar o mundo e que essa forma impregnasse todas as áreas do conhecimento, permitindo a construção de uma nova sociedade (GIANNOTTI, 1978). O conhecimento comtiano partia das seguintes premissas:

- 1) na história está presente uma lei que tende, através de graus ou etapas, à perfeição e à felicidade do gênero humano; 2) tal processo de aperfeiçoamento é geralmente identificado com o desenvolvimento e com o crescimento do saber científico e da técnica; 3) ciência e técnica são a principal fonte do progresso político e moral, constituindo a confirmação de tal progresso (ROSSI, 2000, p. 96).

Para Comte, a história do saber mostrava que o homem havia deixado para trás a teologia (a religião) e a metafísica (a filosofia até então construída). Faltava agora caminhar na direção da ciência positiva, e isso envolvia um conjunto de princípios que tornasse possível olhar a sociedade a partir de um ponto de vista científico. Se no estado teológico os fenômenos poderiam ser explicados por meio da ação de agentes sobrenaturais, e se no estado metafísico as forças sobrenaturais poderiam explicar a experiência humana, o estado positivo exigia

buscar, através do uso da razão, da observação e de leis efetivas, as relações que ligam todos os fenômenos. Nesse modelo explicativo, o real não é estático, porém a dinâmica que ocasiona a transformação se dá de forma evolutiva, linear e previsível. Apresenta-se com um encadeamento objetivo, pois o estado da civilização humana em cada geração depende do estado da geração precedente e que irá produzir o seguinte (FAUSTINO; GASPARIN, 2001, p. 159).

Qual o motivo de Comte associar o adjetivo **positivo** ao seu instrumental filosófico? O termo positivo servia para se contrapor às superstições e crenças sem qualquer fundamentação científica. Para que o conhecimento positivo pudesse ser construído, era necessário:

- classificar e categorizar os fenômenos da natureza social;
- apreender as leis de funcionamento do mundo social;
- fazer uso dessas leis para melhorar a sociedade e a humanidade.

Vejamos o que diz Comte em sua obra mais importante.

Curso de filosofia positiva

Para explicar convenientemente a verdadeira natureza e o caráter próprio da filosofia positiva, é indispensável ter, de início, uma visão geral sobre a marcha progressiva do espírito humano, considerado em seu conjunto, pois uma concepção qualquer só pode ser bem conhecida por sua história.

Estudando, assim, o desenvolvimento total da inteligência humana em suas diversas esferas de atividade, desde seu primeiro voo mais simples até nossos dias, creio ter descoberto uma grande lei fundamental, a que se sujeita por uma necessidade invariável, e que me parece poder ser solidamente estabelecida, quer na base de provas racionais fornecidas pelo conhecimento de nossa organização, quer na base de verificações históricas resultantes dum exame atento do passado. Essa lei consiste em que cada uma de nossas concepções principais, cada ramo de nossos conhecimentos, passa sucessivamente por três estados históricos diferentes: estado teológico ou fictício, estado metafísico ou abstrato, estado científico ou positivo. Em outros termos, o espírito humano, por sua natureza, emprega sucessivamente, em cada uma de suas investigações, três métodos de filosofar, cujo caráter

é essencialmente diferente e mesmo radicalmente oposto: primeiro, o método teológico, em seguida, o método metafísico, finalmente, o método positivo. Daí três sortes de filosofia, ou de sistemas gerais de concepções sobre o conjunto de fenômenos, que se excluem mutuamente: a primeira é o ponto de partida necessário da inteligência humana; a terceira, seu estado fixo e definitivo; a segunda, unicamente destinada a servir de transição.

No estado teológico, o espírito humano, dirigindo essencialmente suas investigações para a natureza íntima dos seres, as causas primeiras e finais de todos os efeitos que o tocam, numa palavra, para os conhecimentos absolutos, apresenta os fenômenos como produzidos pela ação direta e contínua de agentes sobrenaturais mais ou menos numerosos, cuja intervenção arbitrária explica todas as anomalias aparentes do universo.

No estado metafísico, que no fundo nada mais é do que simples modificação geral do primeiro, os agentes sobrenaturais são substituídos por forças abstratas, verdadeiras entidades (abstrações personificadas) inerentes aos diversos seres do mundo, e concebidas como capazes de engendrar por elas próprias todos os fenômenos observados, cuja explicação consiste, então, em determinar para cada um uma entidade correspondente.

Enfim, no estado positivo, o espírito humano, reconhecendo a impossibilidade de obter noções absolutas, renuncia a procurar a origem e o destino do universo, a conhecer as causas íntimas dos fenômenos, para preocupar-se unicamente em descobrir, graças ao uso bem combinado do raciocínio e da observação, suas leis efetivas, a saber, suas relações invariáveis de sucessão e de similitude. A explicação dos fatos, reduzida então a seus termos reais, se resume de agora em diante na ligação estabelecida entre os diversos fenômenos particulares e alguns fatos gerais, cujo número o progresso da ciência tende cada vez mais a diminuir.

O sistema teológico chegou à mais alta perfeição de que é suscetível quando substituiu, pela ação providencial de um ser único, o jogo variado de numerosas divindades independentes, que primitivamente tinham sido imaginadas. Do mesmo modo, o último termo do sistema metafísico consiste em conceber, em lugar de diferentes entidades particulares, uma única grande entidade geral, a natureza, considerada como fonte exclusiva de todos os fenômenos. Paralelamente, a perfeição do sistema positivo à qual este tende sem cessar, apesar de ser muito provável que nunca deva atingi-la, seria poder representar todos os diversos fenômenos observáveis como casos particulares dum único fato geral, como a gravitação o exemplifica.

Fonte: Comte (1978, p. 34-37).

Há ainda outro aspecto importante a ser considerado em relação ao positivismo: da mesma maneira que ele se apoiou na biologia a fim de definir a metodologia ideal para investigar fenômenos sociais, também absorveu algumas ideias a respeito de evolução, talvez de uma forma que o próprio Darwin não teria admitido. Assim, o positivismo acabou por ensejar a concepção do darwinismo social. Quais eram os princípios que norteavam o darwinismo social? O raciocínio era o seguinte: se as espécies evoluíam em

função da sua capacidade de adaptação, as formas de organização social também estavam destinadas a esse processo. Desse modo, era possível imaginar que formas mais primitivas de organização social seriam capazes, especialmente se estimuladas, de adquirir feições mais "avançadas" e complexas.

Um dos mais importantes representantes do darwinismo social foi Herbert Spencer (1820-1903). O contexto favorecia a disseminação dessas ideias, já que as viagens marítimas e a chegada ao Novo Mundo haviam colocado os europeus em contato com outras sociedades, tidas como primitivas. Cabia aos europeus, mais "avançados", agir para que essas formas primitivas progredissem para formas mais complexas e menos inferiores em termos de desenvolvimento social. Assim, o darwinismo social acabou por dar embasamento teórico às práticas etnocêntricas do século XIX, práticas essas que assumiam que a sua própria cultura deveria ser utilizada como parâmetro de comparação com outras culturas.



Observação

Alguns autores mencionam a proximidade entre o darwinismo social e as teorias eugênicas, que no início do século XX defenderam a melhoria da raça humana a partir de processos artificiais de seleção. Se a sociedade estava fadada ao progresso e ao desenvolvimento, nada mais justificável do que eliminar genes defeituosos por meio da esterilização de pessoas que não fossem "perfeitas" e estimular o nascimento de pessoas que portassem genes bons. Também há autores que afirmam que essas ideias podem ter inspirado parte das práticas de extermínio de povos tidos como inferiores, como as realizadas pelo regime nazista e por outros regimes totalitários.

Assim como ocorreu na Europa e em outros locais, o positivismo transformou o pensamento político do Brasil no final do século XIX e início do século XX. Era, inclusive, a escola filosófica que mais encontrava aderência ao momento histórico de um país em construção, povoado por antigos escravos, índios, mestiços e alguns brancos. Não à toa, nossa bandeira contém os dizeres "ordem e progresso", símbolos da ciência positiva. Até mesmo na literatura, o positivismo marcou presença, como na obra de Monteiro Lobato (1882-1948).



Observação

Admirador da eugenia, Lobato construiu, em sua obra literária, personagens que materializaram a imagem dos negros como inferiores do ponto de vista racial, já que, para o autor, a "mistura" entre raças "comprometia" a formação do povo brasileiro. Tal abordagem é hoje criticada por professores de literatura e educadores, em especial pelo fato de Lobato ter escrito uma série de obras infantis que são constantemente indicadas para crianças em processo de desenvolvimento das habilidades de ler e escrever. É importante mencionar que a defesa de Lobato do evolucionismo social é fruto de um contexto muito específico, no qual as

diferenças raciais eram percebidas como evidência empírica da evolução da sociedade e do ser humano em direção ao progresso. Curiosamente, o problema de Lobato não se limitava à questão étnica: outro personagem seu, Jeca Tatu, serviu para que o autor criticasse o caráter deformado do caipira caboclo. Jeca Tatu é indolente, preguiçoso, um sujeito sem ambição política, econômica ou cultural. Para Lobato, Jeca Tatu era o símbolo da miséria econômica e intelectual na qual o país vivia. Na obra lobatiana, Jeca Tatu só se transforma num ser humano "evoluído" quando aprende inglês e vai para os Estados Unidos.

A profunda convicção de Comte em relação às suas ideias inaugurou uma espécie de seita, na qual seguidores defendiam e buscavam praticar os princípios da filosofia positiva. De fato, não precisou muito para que o positivismo ganhasse ares de religião. Para acrescentar mais uma peculiaridade, Comte apaixonou-se profundamente por uma mulher casada (e abandonada pelo marido), Clotilde de Vaux. A sua devoção a essa mulher, bem como o martírio em que ela vivia por não poder se divorciar, fizeram de Clotilde a mãe espiritual de várias igrejas positivistas, inclusive no Brasil, onde ela passou a ser adorada.

Em tempo: nas igrejas positivistas, e no decorrer de décadas, as vacinas e as realizações científicas passaram a ser rechaçadas. Curiosamente, ao lutar contra a religião e o misticismo, Comte inaugurou outra religião, que passou a preconizar distância em relação à ciência e à objetividade.

3.2 Émile Durkheim: fatos sociais, consciência coletiva, solidariedade mecânica e orgânica

O francês David Émile Durkheim (1858-1917) desenvolveu a sua obra durante o período em que o capitalismo não apenas havia se disseminado por toda a Europa, mas também já lograra sucesso na apropriação dos recursos das economias não capitalistas da Ásia, da África e da América Latina. A burguesia estava diante de novos problemas que o processo de industrialização e a urbanização acelerada haviam trazido: que modelo de educação deveria prevalecer, o modelo que consagrava a fé ou o representado pelo ensino secular? Quais regras e condutas deveriam reger a vida da sociedade, as religiosas ou as do direito laico? Como e a partir de quais valores a sociedade deveria se organizar?

Do ponto de vista socioeconômico, o capitalismo enfrentava a sua primeira grande crise de superprodução, ao mesmo tempo que novas invenções assombravam a todos na Exposição Universal de 1900, em Paris. Agora a humanidade podia dispor de submarinos e aviões, embora o acesso à modernidade fosse desigual. Havia os que vendiam a sua força de trabalho por salários cada vez menores, que se alimentavam cada vez menos e viviam em condições cada vez mais degradantes. A indústria gráfica intensificara a disseminação do conhecimento científico, e o cinema encantava a todos, mas, na Europa, grupos de trabalhadores revoltavam-se e pegavam em armas – como suas reivindicações não eram ouvidas (tampouco atendidas), a única saída era a violência (HOBBSAWM, 2009).

Durkheim, filho de uma família de origem judaica, formou-se em filosofia e logo se interessou pela sociologia. Vários temas chamaram a sua atenção, em especial as questões relacionadas à metodologia

do estudo do campo social. Se o objeto da sociologia era diferente dos objetos da física, da química e da biologia, fazia-se necessário elaborar e identificar métodos próprios, específicos e apropriados.

Para Durkheim, os fenômenos sociais coletivos eram o objeto de estudo da sociologia. Assim, inicialmente, sua atenção voltou-se para a compreensão das instituições, práticas e crenças religiosas. Os métodos adotados foram os da observação, descrição e classificação dos dados coletados. Posteriormente, o uso de métodos matemáticos e estatísticos permitiu que Durkheim apreendesse as principais características do objeto investigado.

É importante assinalar que, ainda hoje, os métodos desenvolvidos por Durkheim são amplamente utilizados com o objetivo de investigar comportamentos e crenças de determinados segmentos sociais, de municiar as instituições com informações para a elaboração de estratégias públicas ou de oferecer informações para as empresas a respeito dos seus consumidores. Veja, por exemplo, este artigo publicado pela revista *Exame*, em 2017, a respeito das características dos *millennials* e da geração Z, características essas identificadas por meio de pesquisas sociais quantitativas e qualitativas.

Os *millennials*, lamentamos informar, são coisa do passado

Os departamentos de marketing e de recursos humanos gastam fortunas para descobrir o melhor jeito de se comunicar, contratar e, sobretudo, vender para a faixa etária mais influente e inspiradora da história. A pesquisa "marketing para os *millennials*" (em inglês) tem quase 30 milhões de resultados no Google. A *Harvard Business Review*, principal publicação sobre gestão de negócios do mundo, tem 2 mil artigos, estudos ou livros sobre essa geração.

Os *millennials* são de fato fascinantes: estão sempre conectados, são questionadores, priorizam a experiência em detrimento da posse, são embaixadores da sustentabilidade. Mas os jovens de hoje são os velhos de amanhã. E, em dezembro de 2017, os *millennials*, lamentamos informar, são coisa do passado. Eles continuarão por aí por décadas e décadas. Gastarão cada vez mais, terão filhos, netos, bisnetos. Mas quem vai ditar a forma como as empresas atuam, e como a roda do consumo gira, na próxima década será a geração Z, a que nasceu de 1995 a 2010 – e tem, portanto, de 7 a 22 anos de idade.

Os Zs são cerca de 26% da população mundial e, só nos Estados Unidos, respondem por 830 bilhões de dólares em gastos por ano, de acordo com uma pesquisa da consultoria Fung Global Retail & Technology. No Brasil, somam 30 milhões de pessoas. Eles estão afetando as empresas não só pelo poder de compra, mas principalmente pela influência que exercem. "A sociedade valoriza cada vez mais a juventude sobre a sabedoria. Os pais dessa geração estão mais próximos e se identificam mais com os filhos do que as gerações anteriores. Os Zs, portanto, já nascem com um poder de influência enorme", diz a americana Kit Yarrow, psicóloga especialista em consumo e autora de livros como *Geração compra: como os jovens estão revolucionando o varejo* (numa tradução livre, sem versão para o português).

Para entender o que os Zs querem e que impactos eles trarão para a economia do Brasil e do mundo, as consultorias McKinsey, especializada em gestão, e Box1824, focada em análise de tendências jovens, destrincharam o comportamento dessa faixa etária no país numa ampla pesquisa. Entre junho e outubro deste ano, foram realizadas 120 entrevistas qualitativas com jovens de 14 a 22 anos e grupos de análise com outros 90.

Os pesquisadores também fizeram 2.300 entrevistas quantitativas com pessoas das gerações *baby boomer*, *X*, *millennial* e *Z* para entender a diferença entre elas nos padrões de consumo. "Os jovens da geração Z são mais realistas e pragmáticos do que os *millennials*. Eles também não podem ser definidos por rótulos, são mais tolerantes e abertos ao diálogo e levam as coisas com mais humor e leveza, já que não sentem carregar nas costas o peso de mudar o mundo", diz Tracy Francis, sócia responsável pelos setores de bens de consumo e de varejo da McKinsey na América Latina e uma das responsáveis pelo estudo.

Adaptado de: Kojikovski (2017).



Figura 7 – As empresas de pesquisa e consultoria McKinsey e Box1824 realizaram uma pesquisa com 2.300 jovens para compreender as diferenças entre os assim chamados grupos *baby boomer*, *X*, *millennial* e *Z*

Disponível em: <https://bit.ly/3au65zA>. Acesso em: 12 nov. 2021.

Durkheim acreditava que a investigação sociológica merecia métodos próprios. Em consequência, em vez de adotar uma abordagem mecanicista do mundo social (abordagem comum em outras áreas

do conhecimento), buscou conceber o reino social como um ambiente organicista, no qual o homem, e não a máquina ou a tecnologia, era o elemento principal.

Na verdade, Durkheim havia adaptado os métodos das ciências naturais para a investigação dos fenômenos sociais. A inovação, entretanto, era a definição e a constituição do objeto de estudo da sociologia, denominado, a partir de então, de fato social. Associado a formas de agir, pensar e se comportar, o fato social dizia respeito ao que era característico de um grupo de pessoas – dizia respeito não ao individual (ao comportamento individual, às formas individuais de compreensão do mundo), mas às regras que eram impostas ao grupo em razão de uma força exterior, quase que como uma consciência coletiva.

Para Durkheim, o fato social era o objeto do conhecimento sociológico. Ele correspondia a toda maneira de agir – permanente ou provisória – absorvida e aceita pelo indivíduo em decorrência de uma coerção exterior. Era o comportamento possível de ser percebido na sociedade, independentemente das manifestações individuais. O importante não era o agir e o pensar individual, mas aquilo que ultrapassava o nível do indivíduo e alcançava a sociedade como um todo. Pense, por exemplo, nas maneiras como o grupo de amigos do qual você faz parte se veste e se comunica. Com certeza há diferenças individuais, mas há traços gerais que, longe de serem escolhas racionais do grupo, são vistos como naturais, quase que determinados. Portanto, o fato social não está associado ao comportamento de um indivíduo, mas ao comportamento de um grupo, cuja explicação está **no próprio grupo** e nas formas a partir das quais ele se submete a forças exteriores.

É provável que você esteja se perguntando: mas qual é a origem dessas forças externas de coerção, que determinam nossos hábitos e crenças? A resposta, para Durkheim, era bastante simples: o próprio grupo estabelecia os princípios coercitivos, os valores e os hábitos a serem incorporados por todos. Os fatos sociais tinham origem na própria dinâmica da vida social e, ao mesmo tempo, exerciam controle sobre essa mesma sociedade. Afinal, quem nos convenceu da importância do consumo consciente? Quem nos ensinou a acolher e a respeitar diferenças de etnia, gênero e religião? Todas essas ações foram realizadas pelo próprio corpo social, em função de questões e problemas colocados diante da sociedade ao longo do tempo.

Vamos pensar a respeito dessas forças exteriores que influenciam e determinam nosso comportamento. A educação (enquanto processo social e que envolve instituições sociais) tem imensa influência sobre a nossa maneira de vestir, de consumir, de assumir posições políticas. O mesmo ocorre com a família e com a mídia. Há algo de coletivo no comportamento do grupo que transcende o que é individual. Por isso, Durkheim estava convicto de que a educação moral era uma condição necessária para a existência da sociedade. Mais: era fundamental que a escola pública e laica (não religiosa) educasse os jovens para a vida em sociedade. O estreitamento dos laços sociais e dos elos entre as pessoas, a internalização de normas e o estabelecimento de valores e objetivos comuns eram tarefas que deveriam ficar a cargo da escola, e da escola laica (TURA, 2006). O comportamento das crianças é ensinado; quando a coerção do grupo acontece de forma não autoritária, praticamente não se percebe o quanto desse comportamento não é natural ou espontâneo (PILETTI; PRAXEDES, 2010).

Assim, para Durkheim, a educação não era uma questão que envolvia apenas interesses individuais; ao contrário, ela afetava a vida em sociedade, já que moldava a formação do cidadão segundo as necessidades do próprio grupo social. Cabia ao professor transmitir os valores defendidos pelo grupo social, ao menos nos primeiros anos de vida, e capacitar os alunos para que, posteriormente, eles pudessem decidir, por conta própria, quais os valores que deveriam seguir e defender.



Observação

Parece claro que, de fato, Durkheim entendia como essencial que se diminuísse a influência das instituições religiosas na educação das crianças e dos jovens. No entanto, há sociólogos que consideram suas ideias bastante conservadoras, já que ele não examinou a escola como um espaço que pudesse ir além da reprodução dos hábitos, valores e normas vigentes no grupo social. Por que não considerar a escola como um espaço de transformação, no qual velhas estruturas pudessem ser substituídas por outras?

Na perspectiva de Durkheim, a educação, na medida em que exercia poder coercitivo sobre o comportamento social, era um fato social. O mesmo podia ser dito em relação à estrutura familiar, às instituições religiosas e às diferentes formas de organização política: todas elas constituíam fatos sociais, já que não dependiam, única e exclusivamente, das decisões e escolhas individuais. Para melhor compreender os fatos sociais, Durkheim desenvolveu os conceitos de coerção e solidariedade.

A coerção diz respeito ao caráter impositivo de determinados fatos sociais, e pode ocorrer quando um grupo organizado age de forma a pressionar um indivíduo isolado, ou quando há imposições indiretas que obrigam o indivíduo a adotar determinado comportamento. Nesse último caso, estamos falando da pressão que os indivíduos exercem em si mesmos, em especial quando percebem a necessidade de assumir certas posturas ou adotar certos valores se isso for uma exigência para a ascensão social (VARES, 2016). Como explica Durkheim,

se não me submeto às convenções do mundo, se, ao vestir-me, não levo em conta os costumes observados em meu país e minha classe, o riso que provoco e o afastamento em relação a mim produzem, embora de maneira mais atenuada, os mesmos efeitos que uma pena propriamente dita. Ademais, a coerção, mesmo sendo apenas indireta, continua eficaz. Não sou obrigado a falar francês com meus compatriotas, nem a empregar as moedas legais; mas é impossível agir de outro modo (*apud* VARES, 2016, p. 108).



Figura 8 – O bullying refere-se a atitudes ameaçadoras, em geral direcionadas a crianças e adolescentes. Não são raras as vezes em que o bullying tem o propósito de punir, de alguma forma, pessoas que não se adequam a padrões valorizados pelo grupo

Disponível em: <https://bit.ly/3DuMkUL>. Acesso em: 12 nov. 2021.

A solidariedade, outro conceito importante do pensamento de Durkheim, diz respeito à consciência coletiva que determina como um grupo deve assumir, aceitar e defender valores e normas em benefício do próprio grupo. Está associada ao que dissemos antes sobre consciência social: quanto mais fortalecida a consciência que ultrapassa os limites dos interesses individuais, maior a solidariedade e a coesão existente numa sociedade. Por conta disso, em geral, encontramos um maior grau de coesão e solidariedade em comunidades pequenas, nas quais todos se conhecem e os interesses em comum são mais evidentes. Em sociedades que vivem em centros urbanos, e que se caracterizam pela extrema complexidade das relações, a solidariedade e a coesão são mais difíceis de alcançar.

Para Durkheim, há duas formas de solidariedade: a mecânica e a orgânica. A mecânica seria aquela construída nas comunidades menores. Nestas, o interesse de todos prevalece – ou se sobressai – em relação aos interesses individuais: a chuva que alaga a avenida principal atinge a todos; a falta de medicamentos no centro de saúde afeta a todos; as comemorações natalinas envolvem a todos. Nas sociedades mais primitivas, a solidariedade mecânica ocorre quando os indivíduos estão conectados diretamente ao grupo por meio do compartilhamento de crenças e interesses.

Em contrapartida, a solidariedade orgânica ocorre em sociedades nas quais a divisão do trabalho é mais intensa, cada indivíduo tornando-se responsável por uma função ou por uma atividade. Os membros do grupo não compartilham valores e projetos por se sentirem parte de uma mesma comunidade, mas pela interdependência existente entre eles, por conta da atribuição de tarefas que são indispensáveis à sobrevivência do grupo. Essa solidariedade ocorre **apesar** de os indivíduos terem crenças e interesses distintos, em especial por dependerem uns dos outros em razão da divisão do trabalho. Assim, a coesão acontece não pelo compartilhamento de valores, mas pelo estabelecimento de códigos e regras que fixam direitos e deveres.

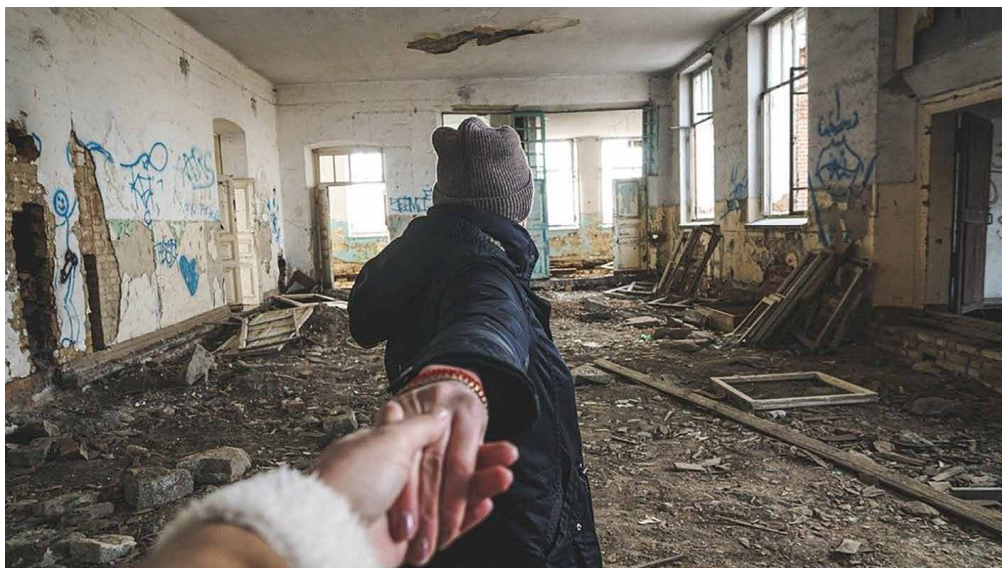


Figura 9 – A complexidade da organização social determina o grau e a intensidade dos laços de solidariedade e coesão existentes no grupo

Disponível em: <https://bit.ly/306rLQ6>. Acesso em: 12 nov. 2021.



Saiba mais

Um filme extremamente interessante sobre o poder coercitivo do grupo é *A onda*. Responsável por ensinar aos alunos a natureza de aparelhos estatais autocráticos (como o regime nazista e o regime fascista), um professor adota a estratégia de permitir que os alunos, por meio da coerção, submetam os colegas a práticas autoritárias e violentas.

A ONDA. Direção: Dennis Gansel. Alemanha: Rat Pack Filmproduktion, 2008. 107 min.

Sugerimos também um filme sobre a questão da coesão social, *A vila*, que narra a vida dos habitantes de uma aldeia que decidem se manter isolados e, portanto, distantes dos vícios e da violência da sociedade moderna.

A VILA. Direção: M. Night Shyamalan. Estados Unidos: Touchstone Pictures; Blinding Edge Pictures; Scott Rudin Productions, 2004. 120 min.

Por conta da sua análise a respeito do que caracteriza o fato social, e a fim de enfatizar a importância dada às relações de solidariedade, Durkheim identificou os componentes sociais do crime e da punição.



Lembrete

Os atos sociais não podem ser explicados apenas pelo comportamento do indivíduo. Para entender determinado fenômeno social, deve-se ir além, compreendendo aquilo que é produzido pelo corpo social e que, por força da necessária coesão e solidariedade entre os elementos do grupo, é imposto ao indivíduo.

Em *Da divisão do trabalho social*, Durkheim fala sobre a consciência coletiva, a consciência que não deriva de um único indivíduo, mas que se difunde por toda a sociedade. Essa consciência coletiva impõe normas e valores, o que inclui não apenas a noção do ato criminoso, mas também a da pena à qual ele está sujeito.

O conjunto das crenças e dos sentimentos comuns à média dos membros de uma mesma sociedade forma um sistema determinado que tem vida própria; podemos chamá-lo de consciência coletiva ou comum. Sem dúvida, ela não tem por substrato um órgão único; ela é, por definição, difusa em toda a extensão da sociedade, mas tem, ainda assim, características específicas que fazem dela uma realidade distinta. De fato, ela é independente das condições particulares em que os indivíduos se encontram: eles passam, ela permanece. [...] Ela é, pois, bem diferente das consciências particulares, conquanto só seja realizada nos indivíduos. Ela é o tipo psíquico da sociedade, tipo que tem suas propriedades, suas condições de existência, seu modo de desenvolvimento, do mesmo modo que os tipos individuais, muito embora de outra maneira (DURKHEIM, 1999, p. 50).

Estatísticas, documentos históricos, tradições e quaisquer outras formas de materializar a atividade social de uma comunidade foram os objetos a partir dos quais Durkheim sugeriu investigar os fatos sociais. Foi a partir desse ponto de vista que ele analisou a questão da divisão do trabalho. Embora a abordagem tradicional percebesse a divisão do trabalho apenas como forma de aumentar a posse de bens, o status social e o prazer (por meio do consumo de bens e serviços que essa divisão permitiria), Durkheim buscou analisar a divisão de trabalho de outra maneira.

Ao contrário, a capacidade de felicidade humana é restrita e tende a ser estável, assim como a saúde. Ambas – felicidade e saúde – dizem respeito a um estado de equilíbrio geral e constante: quem busca mais saúde adoece, assim como quem busca mais felicidade, que é definida por Durkheim como sendo a saúde da vida psíquica e moral. [...] O ser "civilizado" não seria mais feliz que o selvagem [...], uma vez que a civilização trouxe também uniformidade e impôs ao homem trabalhos monótonos e contínuos. Estaríamos hoje expostos a sofrimentos que os selvagens não conhecem e, portanto, não seria "completamente certo que o balanço se salde em nosso proveito". [...] A felicidade não seria a soma desses prazeres, ela não

seria o estado momentâneo de uma dada função particular, e sim a saúde da vida psíquica e moral no seu conjunto. Enquanto o prazer decorre de causas efêmeras, a felicidade decorreria de disposições permanentes (HERCULANO, 2006, p. 26).

Para Durkheim, não se tratava de a sociedade buscar o aumento da felicidade ou do prazer, já que cada "avanço" na qualidade de vida corresponderia ao surgimento de alguma desvantagem. Do ponto de vista histórico, haveria um equilíbrio geral em termos de felicidade social. Para o autor, a divisão de trabalho tinha como origem o aumento da complexidade da sociedade e dos desafios que os homens deveriam enfrentar para garantir a sua sobrevivência. Assim, a divisão do trabalho poderia proteger a comunidade de determinados conflitos, já que arrefeceria a necessidade de eliminação mútua.

Em outras palavras, em vez de disputar cada centímetro de chão para garantir a sua sobrevivência, a sociedade dividiria entre todos as tarefas essenciais para a sobrevivência, garantindo-a coletivamente. Ocorre que a divisão de trabalho só pode acontecer, nesses termos, quando a sociedade está constituída e quando os seus membros se percebem como parte de uma mesma comunidade, com as mesmas necessidades, dificuldades e objetivos. Em resumo, a sociedade deve estar dotada de laços morais. "É preciso que haja um sentimento de identidade, de união, de partilhamento de coisas em comum, de fraternidade, para que exista cooperação" (HERCULANO, 2006, p. 27).

Com base nessa análise, Durkheim elaborou o conceito de anomia social, fenômeno associado ao esgarçamento do tecido social e à ausência de regras para o convívio. Nas sociedades modernas, a anomia ocorreria porque a industrialização obriga os homens ao trabalho repetitivo e monótono. A falta de um ideal moral, portanto, reduziria o homem à dimensão econômica, impedindo o seu aperfeiçoamento e debilitando a vida social.

Na verdade, sublinha Durkheim, é só na sociedade organizada que podemos falar de indivíduo e de liberdade individual, pois ambos se desenvolvem com a divisão do trabalho social. Enquanto as sociedades inferiores, segmentares, têm seus laços, sua solidariedade, assegurados pela comunidade das crenças e dos sentimentos, as sociedades organizadas têm na interdependência, trazida pela divisão do trabalho, o seu vínculo moral (HERCULANO, 2006, p. 33).



Figura 10 – A anomia social é uma situação na qual a sociedade perde a capacidade de regular o comportamento da comunidade; em geral, esse fenômeno está associado à perda de vínculos sociais

Disponível em: <https://bit.ly/3oWQVeF>. Acesso em: 12 nov. 2021.

Por conta da noção de anomia social, Durkheim interessou-se pela questão do suicídio. Para ele, o suicídio era um reflexo das condições sociais dadas. Assim, ao final do século XIX, Durkheim compreendeu o suicídio como consequência da vida moderna e do impacto que essa modernidade provocava nas relações sociais. Inicialmente, Durkheim analisou os dados estatísticos disponíveis e percebeu certa regularidade no número de suicídios em alguns países da Europa. O cruzamento desses dados com outros de natureza socioeconômica (idade, estado civil, religião, sexo etc.) permitiu que ele entendesse melhor as razões sociais vinculadas ao suicídio. Em outras palavras, ele buscou compreender o suicídio enquanto fato social.

Essa análise possibilitou a diferenciação de três diferentes tipos de suicídio:

- **Egoísta:** relacionado ao ato individual, de origem extremada.
- **Altruísta:** relacionado à obediência ou à percepção de que o ato poderia favorecer a coletividade.
- **Anômico:** relacionado a circunstâncias sociais específicas (crises econômicas, por exemplo).

A seguir, mostramos os dados que Durkheim analisou na sua obra *O suicídio*. Como você pode notar, esse processo (de recolher dados e analisá-los) não é muito diferente daquele que estamos acostumados a realizar, atualmente, quando pretendemos estudar um fenômeno.

**Tabela 1 – Constância do suicídio nos principais países da Europa
(números absolutos)**

Ano	França	Prússia	Inglaterra	Saxônia	Baviera	Dinamarca
1841	2.814	1.630		290		337
1842	2.866	1.598		318		317
1843	3.020	1.720		420		301
1844	2.973	1.575		335	244	285
1845	3.082	1.700		338	250	290
1846	3.102	1.707		373	220	376
1847	(3.647)	(1.852)		377	217	345
1848	(3.301)	(1.649)		398	215	(305)
1849	3.583	(1.527)		(328)	(189)	337
1850	3.596	1.736		390	250	340
1851	3.598	1.809		402	260	401
1852	3.676	2.073		530	226	426
1853	3.415	1.942		431	263	419
1854	3.700	2.198		547	318	363
1855	3.810	2.351		568	307	399
1856	4.189	2.377		550	318	426
1857	3.967	2.038	1.349	485	286	427
1858	3.903	2.126	1.275	491	329	457
1859	3.899	2.146	1.248	507	387	451
1860	4.050	2.105	1.365	548	339	468
1861	4.454	2.185	1.347	(643)		
1862	4.770	2.112	1.317	557		
1863	4.613	2.374	1.315	643		
1864	4.521	2.203	1.340	(545)		411
1865	4.946	2.361	1.392	619		451
1866	5.119	2.485	1.329	704	410	443
1867	5.011	3.625	1.316	752	471	469
1868	5.547	3.658	1.508	800	453	498
1869	5.114	3.544	1.588	710	425	462
1870		3.270	1.554			486
1871		3.135	1.495			
1872		3.467	1.514			

Fonte: Durkheim (2000, p. 18).

Para comprovar a influência de Durkheim na formação de sociólogos, vejamos um exemplo de estudo recente realizado por Souza *et al.* (2020), que estudaram as circunstâncias envolvidas nas elevadas taxas de suicídio em comunidades indígenas. Os autores identificaram o problema da seguinte forma:

Os povos indígenas representam 0,4% da população total do Brasil. Caracterizados pela diversidade, apresentam configurações particulares de costumes, crenças e línguas. Em comum, constata-se que esses povos enfrentam constantemente situações de tensão social, com ameaça à integridade de seus territórios e saberes; essa insegurança os coloca em posição de maior vulnerabilidade frente a uma série de agravos e problemas concretos, como invasões territoriais, exploração sexual e uso abusivo de álcool. Conforme a Fundação Nacional de Saúde (Funasa), a depressão e o suicídio são cada vez mais frequentes em diversas comunidades indígenas brasileiras. De fato, o Ministério da Saúde do Brasil aponta que a população indígena brasileira apresenta altas taxas de suicídio, assim como relatado em populações nativas da Europa, América do Norte, Oceania e Ásia. Na população geral do Brasil, o número de óbitos por suicídio cresceu 33,6% de 2002 até 2012 [...]. De 2008 a 2012, os suicídios indígenas representaram 1,0% dos óbitos registrados no território brasileiro, um quantitativo 2,5 vezes maior do que a proporção de indígenas da população total do país. Em consonância com esse achado, dados da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) mostram que a taxa de suicídio em indígenas brasileiros no ano de 2014 foi de 21,8 por 100 mil habitantes – praticamente quatro vezes maior do que na população brasileira em geral (SOUZA *et. al.*, 2020, p. 1).



Figura 11 – A fragilidade e a vulnerabilidade das comunidades indígenas fazem com que o suicídio ultrapasse a esfera individual, caracterizando-se como comportamento social em resposta às ameaças percebidas

Disponível em: <https://bit.ly/3oSOoCc>. Acesso em: 12 nov. 2021.

A análise da literatura já elaborada sobre o tema, ou seja, a pesquisa bibliográfica com estudos a respeito do tema, revelou que os principais motivos associados ao suicídio entre os indígenas eram: o abandono das tradições indígenas, o consumo abusivo de álcool e/ou drogas, a falta de acesso à educação e ao trabalho, a vulnerabilidade socioeconômica, a instabilidade emocional dos jovens, o confinamento territorial e reassentamentos, a violência sexual, a aproximação da população urbana e a fragilização cultural (SOUZA *et al.*, 2020). Como você deve ter notado, a pesquisa envolveu a coleta e a análise de dados, a busca por relações entre as variáveis e a formulação de possíveis explicações para essas relações.

Outro tema abordado por Durkheim diz respeito às práticas religiosas. Conforme entendemos atualmente, a religião representa um conjunto de hábitos e práticas associados a valores morais, que sugerem formas de agir, julgar e se comportar. Na maioria das vezes, as diversas manifestações religiosas partem do princípio de que há um ser superior (ou vários seres superiores) responsável pela criação do mundo e pelo destino da humanidade.

As religiões, do ponto de vista prático, recomendam formas e regras para a alimentação, para a criação dos filhos, para os rituais de morte, para a conduta moral adequada e para a punição dos que não cumprem as regras estabelecidas. Por exemplo, o cristianismo católico tem na figura da confissão o ritual a partir do qual o pecador assume os erros que cometeu e se torna ciente do que deve fazer para se redimir. No judaísmo, o Yom Kipur é o feriado mais sagrado: conhecido como Dia do Perdão, ele é comemorado por meio de jejum e rezas, de forma que todos os pecados cometidos pelo indivíduo sejam perdoados. As religiões também contemplam ritos iniciáticos, de introdução do sujeito às normas do grupo. No cristianismo, por exemplo, o batismo e a crisma materializam essa sujeição do indivíduo às normas da religião; no judaísmo, o Bar Mitzvá e o Bat Mitzvá (para homens e mulheres, respectivamente) marcam o início da responsabilidade religiosa daqueles que estão se afastando da infância.



Saiba mais

Algumas religiões sustentam e estimulam o isolamento social em relação a outros grupos. Por exemplo, os *amish* americanos são religiosos cristãos protestantes que vivem em comunidades bastante fechadas, nas quais é proibido o uso de equipamentos eletrônicos, automóveis, eletricidade e botões nas roupas. Eles podem ser reconhecidos pela indumentária, já que as mulheres usam um capuz branco, e os homens, ternos e chapéus pretos. Um filme bastante interessante sobre esse grupo é *A testemunha*. Uma criança da comunidade *amish* é testemunha de um assassinato, e um policial é designado para a sua segurança. A narrativa descreve com bastante detalhe a vida na comunidade e a ausência de relações sociais fora dela por parte dos seus membros.

A TESTEMUNHA. Direção: Peter Weir. Estados Unidos: Paramount Pictures, 1985. 112 min.

Outra narrativa interessante é a de uma série israelense sobre uma família *haredi* (ortodoxa judaica) que vive em Jerusalém, *Shtisel*, disponível na Netflix. Como no caso dos *amish*, os judeus ultraortodoxos evitam contato com pessoas de fora da comunidade, mantendo-se unidos e ajudando-se em momentos de dificuldade, para que justamente não se faça necessário recorrer a qualquer instituição de fora do grupo.

SHTISEL. Direção: Alon Zingman. Israel: Yes Oh, 2013-2021. 41-57 min. (33 episódios).

Outras religiões buscam se mesclar ao ambiente e às práticas de outros grupos, configurando o que denominamos sincretismo religioso. É o caso do candomblé. Iemanjá é a deusa dos mares e dos oceanos, e representa a maternidade. Xangô é o deus do fogo e do trovão, e simboliza a justiça. Ogum é o deus da terra e do fogo e, por conta disso, é utilizado para representar a guerra e a tecnologia. Por meio de um processo de fusão, foram estabelecidas correspondências entre os entes superiores do candomblé e os santos católicos: Iemanjá corresponde a Nossa Senhora da Conceição; Xangô, a São Jerônimo e São João; Ogum, a Santo Antônio e São Jorge. Sobre esse tema, sugerimos que você assista ao filme *O pagador de promessas*, que ganhou a Palma de Ouro em Cannes e foi indicado ao Oscar de melhor filme estrangeiro em 1963. A narrativa envolve a promessa feita por um homem humilde, Zé do Burro, num terreiro de candomblé. Por ter recebido a graça pedida, ele decide carregar uma enorme cruz de madeira até a Igreja de Santa Bárbara, em Salvador. Como a promessa tinha sido feita em um espaço pagão, as autoridades católicas não aceitam que o homem adentre a igreja com a cruz.

O PAGADOR de promessas. Direção: Anselmo Duarte. Brasil: Cinedistri, 1962. 91 min.



Figura 12 – Em geral, os *amish* vivem em comunidades na Pensilvânia ou no Canadá. São facilmente reconhecíveis por suas vestimentas, que incluem toucas para as mulheres e roupas pretas para os homens. Eles trabalham em fazendas e, para a locomoção, utilizam charretes

Disponível em: <https://bit.ly/3iRdt4>. Acesso em: 12 nov. 2021.

De acordo com Costa (2017), Durkheim entendeu a religião como um dos componentes principais da integração social. Em outras palavras, a abordagem da religião enquanto objeto de estudo deu-se por ela ser parte da vida social. Em *As formas elementares da vida religiosa*, principal obra do sociólogo sobre religião, Durkheim explicou como a religião funciona, de forma a constituir um sistema de ideais morais que é parte fundamental do sistema social. Assim, a religião é "um sistema solidário de crenças e de práticas relativas a coisas sagradas, isto é, separadas, proibidas, crenças e práticas que reúnem numa mesma comunidade moral, chamada igreja, todos aqueles que a elas aderem" (DURKHEIM *apud* COSTA, 2017, p. 7). Para Durkheim, era importante distinguir o sagrado do profano e da magia. O sagrado tem esse estatuto porque a sociedade confere a determinados objetos ou fenômenos os atributos de pureza e santidade. Em razão desses elementos, o sagrado se distingue da magia, que não necessariamente tem um caráter social. Desse modo, enquanto o sagrado é a marca do que se constrói socialmente, em grupo, a magia tem uma dimensão individual e é um fenômeno que não ultrapassa essa esfera (COSTA, 2017).

Nos termos sobre os quais já falamos a respeito de Durkheim, a religião é um fato social, e as práticas religiosas representam uma realidade que é coletiva, que se associa ao grupo. A religião é, portanto, um fenômeno da sociedade, já que pressupõe o compartilhamento de crenças, ritos e hábitos, e separa o que é sagrado do que é profano. Essas crenças, ritos e hábitos normatizam o comportamento dos membros de um grupo, e a mediação entre a realidade humana e o divino se dá por meio da sacralização de símbolos. Finalmente, é importante mencionar que, para Durkheim, não havia qualquer concepção

evolucionista que pudesse ser aplicada às práticas religiosas. Logo, não havia religião superior a outra. A religião nascia da vida coletiva e tinha a função de contribuir para a vida prática, para o exercício prático da vida. Em resumo, o papel da religião era ajudar o homem a viver, a atribuir significado ao mundo e a saber como agir e julgar, de acordo com padrões morais aceitos pela comunidade.



Figura 13 – O totem é qualquer animal, planta ou objeto utilizado como símbolo ancestral de uma sociedade

Disponível em: <https://bit.ly/3o1gau3>. Acesso em: 12 nov. 2021.

Dada a importância de Durkheim na constituição do objeto de estudo da sociologia, apresentamos a seguir alguns trechos da sua obra *As regras do método sociológico*. Nela, Durkheim expôs o conceito de fatos sociais, diferenciando-os de outros objetos de investigação científica.

As regras do método sociológico

Antes de indagar qual o método que convém ao estudo dos fatos sociais, é necessário saber que fatos podem ser assim chamados. A questão é tanto mais necessária quanto essa qualificação é utilizada sem muita precisão. Empregam-na correntemente para designar quase todos os fenômenos que se passam no interior da sociedade, por pouco que apresentem, além de certa generalidade, algum interesse social. Todavia, desse ponto de vista, não haveria por assim dizer nenhum acontecimento humano que não pudesse ser chamado de social. Cada indivíduo bebe, dorme, come, raciocina, e a sociedade tem todo o interesse em que essas funções se exerçam de modo regular. Porém, se todos esses fatos fossem sociais, a sociologia não teria objeto próprio e seu domínio se confundiria com o da biologia e o da psicologia. Na verdade, porém, há em toda sociedade um grupo determinado de fenômenos com caracteres nítidos, que se distingue daqueles estudados pelas outras ciências da natureza. [...]

Esses tipos de conduta ou de pensamento não são apenas exteriores ao indivíduo, são também dotados de um poder imperativo e coercitivo, em virtude do qual se lhe impõem, quer queira, quer não. Não há dúvida de que essa coerção não se faz sentir, ou é muito pouco sentida quando com ela me conformo de bom grado, pois então se torna inútil. Mas não deixa de constituir caráter intrínseco de tais fatos, e a prova é que se afirma desde que tento resistir. Se experimento violar as leis do direito, estas reagem contra mim de maneira a impedir meu ato se ainda é tempo; com o fim de anulá-lo e restabelecê-lo em sua forma normal se já se realizou e é reparável; ou então para que eu o expie se não há outra possibilidade de reparação. Mas, e em se tratando de máximas puramente morais? Nesse caso, a consciência pública, pela vigilância que exerce sobre a conduta dos cidadãos e pelas penas especiais que têm a seu dispor, reprime todo ato que a ofende. Noutros casos, a coerção é menos violenta; mas não deixa de existir. [...]

Noutros setores, embora a coerção seja apenas indireta, não é menos eficaz. Não estou obrigado a falar o mesmo idioma que meus compatriotas, nem a empregar as moedas legais; mas é impossível agir de outra maneira. Minha tentativa fracassaria lamentavelmente, se procurasse escapar dessa necessidade. Se sou industrial, nada me proíbe de trabalhar utilizando processos e técnicas do século passado; mas, se o fizer, terei a ruína como resultado inevitável. Mesmo quando posso realmente me libertar dessas regras e violá-las com sucesso, vejo-me sempre obrigado a lutar contra elas. E quando são finalmente vencidas, fazem sentir seu poderio de maneira suficientemente coercitiva pela resistência que me opuseram. Nenhum inovador, por mais feliz, deixou de ver seus empreendimentos se chocarem contra oposições desse gênero. Estamos, pois, diante de uma ordem de fatos que apresenta caracteres muito especiais: consistem em maneiras de agir, de pensar e de sentir exteriores ao indivíduo, dotadas de um poder de coerção em virtude do qual se lhe impõem. Por conseguinte, não poderiam se confundir com os fenômenos orgânicos, pois consistem em representações e em ações; nem com os fenômenos psíquicos, que não existem senão na consciência individual e por meio dela. Constituem, pois, uma espécie nova e é a eles que deve ser dada e reservada a qualificação de sociais. Essa é a qualificação que lhes convém; pois é claro que, não tendo por substrato o indivíduo, não podem possuir outro que não seja a sociedade: ou a sociedade política em sua integridade, ou qualquer um dos grupos parciais que ela encerra, tais como confissões religiosas, escolas políticas e literárias, corporações profissionais etc. Por outro lado, é apenas a eles que a apelação convém; pois a palavra social não tem sentido definido senão sob a condição de designar unicamente fenômenos que não se englobam em nenhuma das categorias de fatos já existentes, constituídas e nomeadas. Esses fatos são, pois, o domínio próprio da sociologia. É verdade que o termo coerção, por meio do qual os definimos, corre o risco de amedrontar os zelosos partidários de um individualismo absoluto. Como professam que o indivíduo é inteiramente autônomo, parece-lhes que o diminuímos todas as vezes que fazemos sentir que não depende apenas de si próprio. Porém, já que hoje se considera incontestável que a maioria de nossas ideias e tendências não são elaboradas por nós, mas nos vêm de fora, conclui-se que não podem penetrar em nós senão através de uma imposição; eis todo o significado de nossa definição. Sabe-se, além disso, que toda coerção social não é necessariamente exclusiva com relação à personalidade individual. [...]

Essa definição do fato social pode, além do mais, ser confirmada por meio de uma experiência característica: basta, para tal, que se observe a maneira pela qual são educadas as crianças. Toda a educação consiste num esforço contínuo para impor às crianças maneiras de ver, de sentir e de agir às quais elas não chegariam espontaneamente, observação que salta aos olhos todas as vezes que os fatos são encarados tais quais são e tais quais sempre foram. Desde os primeiros anos de vida, são as crianças forçadas a comer, beber, dormir em horas regulares; são constrangidas a ter hábitos higiênicos, a ser calmas e obedientes; mais tarde, obrigamo-las a aprender a pensar nos demais, a respeitar usos e conveniências, forçamo-las ao trabalho etc. Se, com o tempo, essa coerção deixa de ser sentida, é porque pouco a pouco dá lugar a hábitos, a tendências internas que a tornam inútil, mas que não a substituem senão porque dela derivam. É verdade que, segundo Spencer, uma educação racional deveria reprovar tais procedimentos e deixar a criança agir em plena liberdade; mas como essa teoria pedagógica não foi nunca praticada por nenhum povo conhecido, não constitui senão um desiderato pessoal, não sendo fato que possa ser oposto àqueles que expusemos atrás. Ora, esses últimos se tornam particularmente instrutivos quando lembramos que a educação tem justamente por objeto formar o ser social; pode-se então perceber, como que num resumo, de que maneira esse ser se constitui através da história. A pressão de todos os instantes que sofre a criança é a própria pressão do meio social tendendo a moldá-la à sua imagem, pressão de que tanto os pais quanto os mestres não são senão representantes e intermediários. [...]

A estrutura política de uma sociedade não é mais do que o modo pelo qual os diferentes segmentos que a compõem tomaram o hábito de viver uns com os outros. Se suas relações são tradicionalmente estreitas, os segmentos tendem a se confundir; no caso contrário, tendem a se distinguir. O tipo de habitação a nós imposto não é senão a maneira pela qual todo mundo, em nosso redor – e em parte as gerações anteriores –, se acostumaram a construir as casas. As vias de comunicação não passam de leitos que a corrente regular das trocas e das migrações, caminhando sempre no mesmo sentido, cavou para si própria etc. Sem dúvida, se os fenômenos de ordem morfológica fossem os únicos a apresentar essa fixidez, poder-se-ia acreditar que constituem uma espécie à parte. Mas as regras jurídicas constituem arranjos não menos permanentes do que os tipos de arquitetura e, no entanto, são fatos fisiológicos. A simples máxima moral é seguramente mais maleável; porém, apresenta formas muito mais rígidas do que os meros costumes profissionais ou do que a moda. Existe toda uma gama de nuances que, sem solução de continuidade, liga os fatos de estrutura mais característicos a essas livres correntes da vida social que não estão ainda presas a nenhum molde definido. O que quer dizer que não existem entre eles senão diferenças no grau de consolidação que apresentam. Uns e outros não passam de vida mais ou menos cristalizada. Pode, sem dúvida, ser mais interessante reservar o nome de morfológicos para os fatos sociais concernentes ao substrato social, mas sob a condição de não perder de vista que são da mesma natureza que os outros.

4 MARX E WEBER

4.1 Karl Marx: materialismo histórico e dialético, classes sociais, ideologia e alienação

O alemão Karl Marx (1818-1883) nasceu no seio de uma família de classe média. Embora tenha iniciado seus estudos na área do direito, resolveu aprofundar-se em filosofia. Por sua contínua oposição ao governo, e devido à dificuldade em conseguir um emprego público, resolveu dedicar-se ao jornalismo econômico, atividade na qual também fracassou.

Dado o seu convívio com os pensadores socialistas, que na época defendiam mudanças radicais nos sistemas econômicos e políticos, Marx conheceu Friedrich Engels (1820-1895), filho de um rico industrial alemão. Tudo parecia anunciar dificuldades no relacionamento entre os dois, já que tinham origens familiares bem diferentes. No entanto, formaram uma parceria duradoura, e não foram raras as vezes em que Engels socorreu financeiramente Marx e sua família.

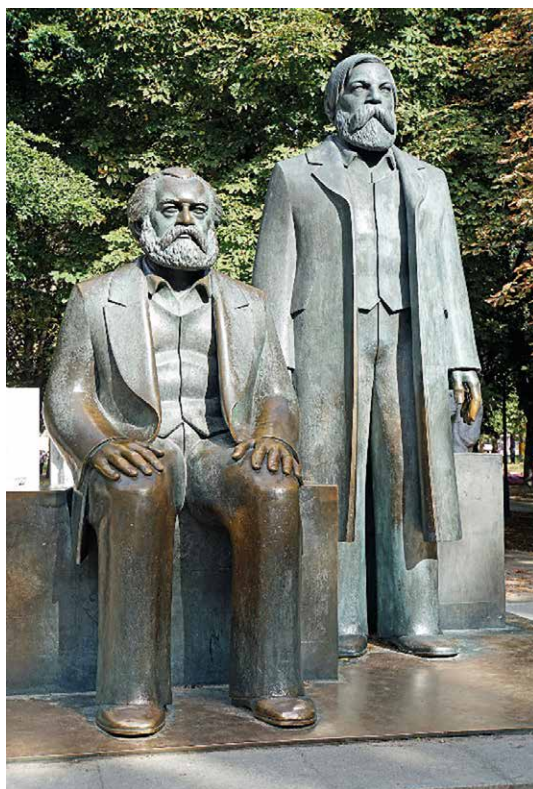


Figura 14 – Estátua em homenagem a Marx e Engels, em Berlim

Disponível em: <https://bit.ly/3oRpfYz>. Acesso em: 12 nov. 2021.

A análise que Marx e Engels fizeram da história, e mais especificamente da história do capitalismo, contrastou com a abordagem do positivismo comtiano. Se para Comte o progresso e a melhoria das condições de vida da classe trabalhadora eram inevitáveis, Marx e Engels notaram que, apesar de o capitalismo difundir-se pela Europa e colocar à disposição das pessoas toda espécie de produtos e

serviços, a situação da classe trabalhadora só fazia piorar. Ao contrário do que o positivismo pregava, o mundo não caminhava em direção ao paraíso de felicidade e abundância, e Marx e Engels vaticinaram um futuro sombrio, no qual os trabalhadores teriam cada vez menos oportunidades de trabalho e salários cada vez menores (HUBERMAN, 1974).

Claro que havia agora uma burguesia rica, fábricas que empregavam novas tecnologias para a produção e cidades onde se podia encontrar tudo o necessário para uma vida confortável. No entanto, não havia qualquer sinal de que essa abundância também alcançasse os trabalhadores. Ao contrário, eles eram obrigados a aceitar empregos fossem quais fossem os salários, moravam em cortiços sem as menores condições de higiene, trabalhavam nas fábricas nas piores circunstâncias, não contavam com qualquer proteção caso adoecessem, eram castigados fisicamente e estavam sujeitos a rotinas perversas de trabalho incessante e repetitivo (HUBERMAN, 1974).

Em 1845, Engels descreveu a situação da classe trabalhadora na Inglaterra nos seguintes termos.

A situação da classe trabalhadora na Inglaterra

Todas as grandes cidades têm um ou vários "bairros de má fama" onde se concentra a classe operária. É certo ser frequente a miséria abrigar-se em vielas escondidas, embora próximas aos palácios dos ricos; mas, em geral, é-lhe designada uma área à parte, na qual, longe do olhar das classes mais afortunadas, deve safar-se, bem ou mal, sozinha. Na Inglaterra, esses "bairros de má fama" se estruturam mais ou menos da mesma forma que em todas as cidades: as piores casas na parte mais feia da cidade; quase sempre, uma longa fila de construções de tijolos, de um ou dois andares, eventualmente com porões habitados e em geral dispostas de maneira irregular. Essas pequenas casas de três ou quatro cômodos e cozinha chamam-se cottages e normalmente constituem em toda a Inglaterra, exceto em alguns bairros de Londres, a habitação da classe operária. Habitualmente, as ruas não são planas nem calçadas, são sujas, tomadas por detritos vegetais e animais, sem esgotos ou canais de escoamento, cheias de charcos estagnados e fétidos. A ventilação na área é precária, dada a estrutura irregular do bairro e, como nesses espaços restritos vivem muitas pessoas, é fácil imaginar a qualidade do ar que se respira nessas zonas operárias – onde, ademais, quando faz bom tempo, as ruas servem aos varais que, estendidos de uma casa a outra, são usados para secar a roupa.

Examinemos alguns desses bairros miseráveis. Primeiramente, Londres e, em Londres, o famigerado ninho dos corvos (*rookery*), St. Giles, que deverá ser destruído pela abertura de vias largas. St. Giles fica no meio da parte mais populosa da cidade, rodeado de ruas amplas e iluminadas por onde circula o "grande mundo" londrino – vizinho imediato de Oxford Street, de Regent Street, de Trafalgar Square e do Strand. É uma massa desordenada de casas de três ou quatro andares, com ruas estreitas, tortuosas e sujas, onde reina uma agitação tão intensa como aquela que se registra nas principais ruas da cidade – com a diferença de que, em St. Giles, vê-se unicamente pessoas da classe operária. Os mercados são as próprias ruas: cestos de legumes e frutas, todos naturalmente de péssima qualidade e dificilmente comestíveis, complicam o trânsito dos pedestres e enchem o ar de mau cheiro,

o mesmo que emana dos açougues. As casas são habitadas dos porões aos desvãos, sujas por dentro e por fora e têm um aspecto tal que ninguém desejaria morar nelas. Mas isso não é nada, se comparado às moradias dos becos e vielas transversais, aonde se chega através de passagens cobertas e onde a sujeira e o barulho superam a imaginação: aqui é difícil encontrar um vidro intacto, as paredes estão em ruínas, os batentes das portas e os caixilhos das janelas estão quebrados ou descolados, as portas – quando as há – são velhas pranchas pregadas umas às outras; mas, nesse bairro de ladrões, as portas são inúteis: nada há para roubar. Por todas as partes, há montes de detritos e cinzas e as águas servidas, diante das portas, formam charcos nauseabundos. Aqui vivem os mais pobres entre os pobres, os trabalhadores mais mal pagos, todos misturados com ladrões, escroques e vítimas da prostituição. A maior parte deles são irlandeses, ou seus descendentes, e aqueles que ainda não submergiram completamente no turbilhão da degradação moral que os rodeia a cada dia mais se aproximam dela, perdendo a força para resistir aos influxos aviltantes da miséria, da sujeira e do ambiente malsão.

Fonte: Engels (2010, p. 70-71).



Figura 15 – Friedrich Engels era de uma família aristocrática e bastante rica. Não obstante sua origem, ele tomou a exploração dos trabalhadores como seu principal objeto de estudo

Disponível em: <https://bit.ly/3lwt08t>. Acesso em: 12 nov. 2021.

Engels preocupou-se em descrever, de forma minuciosa, as condições em que viviam os trabalhadores na Inglaterra, berço do capitalismo e do processo de industrialização. Os que morriam de fome ou de doença eram pessoas que tinham nome, que moravam nas cidades, que estavam à mercê do destino e da miséria.

Numa quinta-feira, 15 de janeiro de 1844, dois meninos foram levados ao tribunal correcional de Worship Street porque, famintos, haviam roubado numa loja um pedaço de carne bovina meio cozida, que devoraram imediatamente. O juiz sentiu-se no dever de recolher mais informações e recebeu dos policiais os seguintes esclarecimentos: viúva de um antigo soldado, que depois servira à polícia, a mãe dos meninos, após a morte do marido, vivia na miséria com seus nove filhos. Morava em Pool's Place, no número 2 da Quaker Street (Spitalfields), na maior pobreza: quando a polícia chegou ao lugar, encontrou-a com seis dos filhos literalmente empilhados num pequeno quarto dos fundos da casa, tendo como suas apenas duas cadeiras de vime sem assento, uma mesinha com os pés quebrados, uma xícara partida e um pequeno prato. Não tinha praticamente como fazer fogo, a cama de toda a família era uns poucos trapos e os cobertores eram suas próprias roupas em farrapos. A pobre mulher contou que, no ano anterior, vendera a cama para comprar comida; os lençóis, deixara-os empenhados na mercearia – em suma, entregara tudo em troca de pão. O juiz fez com que se concedesse a essa mulher um significativo subsídio da Caixa dos Pobres (ENGELS, 2010, p. 74).

Marx e Engels dispuseram-se a compreender o papel da luta pela posse de recursos materiais limitados na constituição dos eventos da história. O mundo real era o motor da história, um mundo que envolvia pessoas reais, vivendo num mundo real e buscando satisfazer necessidades reais. Fome, frio, sede, necessidade de proteção, recursos para os cuidados com a saúde: a luta pela sobrevivência era o que movia a história, e essa luta tornava-se mais intensa à medida que a organização social se tornava mais complexa (HUBERMAN, 1974).

Para os dois pensadores, a transição do sistema feudal para o capitalismo mercantil, e posteriormente para o capitalismo industrial, havia sido motivada pela luta e pelos conflitos em torno da repartição da riqueza. O sistema feudal falira por causa das características que o haviam constituído e do surgimento de um novo grupo de indivíduos que também queria sua parte na produção da riqueza. Quais eram as bases do sistema feudal? O feudo, latifúndio autossustentável, era comandado pelo senhor feudal, que tinha nos servos a mão de obra necessária para explorar as suas terras em troca de proteção e uma parte da produção. No entanto, o processo de urbanização, as viagens marítimas e a intensificação das trocas comerciais fizeram surgir uma nova classe, que não dependia da autorização, dos recursos ou da proteção do senhor feudal: os comerciantes, os que trabalhavam em pequenas manufaturas e todos os que atuavam na importação e exportação de mercadorias. Esse novo grupo apoiou a monarquia para que o poder fosse retirado das mãos dos senhores feudais. Em resumo, a luta pela apropriação da riqueza havia sido o motor para as grandes transformações pelas quais a Europa passara.

Os mercadores acumularam capital em razão do incremento das trocas internacionais. As inovações tecnológicas permitiram que surgissem novos modos de produção de bens. Não demorou para que aparecessem empreendedores dispostos a investir e a construir fábricas para a produção em massa desses bens. A insuficiência dos meios de produção teria feito surgirem as classes sociais, e os conflitos entre elas se converteriam no motor da história. A classe capitalista era a dona dos meios de produção

(das fábricas, dos equipamentos, dos recursos necessários para a compra dos insumos para a produção); por sua vez, a classe trabalhadora possuía apenas a sua força de trabalho para vender (ENGELS, 2016). Os modos de produção determinavam a existência de diferentes classes sociais, e trabalhadores e empresários tinham interesses opostos: os primeiros queriam salários maiores; os segundos queriam lucros maiores, mesmo que às custas de diminuir o salário dos operários.

O que havia provocado a transição do feudalismo para o capitalismo mercantil e estimulado as mudanças do capitalismo mercantil na direção do capitalismo industrial? A resposta era bastante simples: o mundo material e as necessidades materiais. A base do pensamento era a realidade material, e era a realidade material que levava os homens à ação e à organização social. Tudo o que o homem criara (o Estado, a linguagem, a religião, as normas, os costumes e as leis) era resultado da luta do ser humano pela sobrevivência. As condições materiais haviam determinado a existência de classes sociais, as formas de divisão do trabalho e a apropriação da riqueza (MARX; ENGELS, 2009). Portanto, se o mundo material era o que movia a sociedade e a história, nada mais razoável do que analisar os processos históricos do ponto de vista materialista.

O método preconizado por Marx e Engels era, assim, o materialismo histórico: era materialista porque tinha como base as condições materiais de sobrevivência; era histórico porque a história havia sido construída por meio de sucessivos conflitos entre diferentes grupos em busca de maior participação na distribuição da riqueza. Para Marx e Engels, se alguém vivesse durante toda a vida recluso num quarto branco, não seria capaz de "pensar" o céu, as estrelas, os mares, as demais cores. O homem havia construído o pensamento a partir do contato com o real. Mais: os fenômenos naturais estavam sujeitos a perpétuo movimento e transformação. A natureza transformava-se como resultado da ação mútua entre forças contraditórias. Assim também funcionava a história, tal como ocorrera com a transição do feudalismo para o capitalismo. Na verdade, a história nada mais era do que uma sucessão de relações recheadas de conflitos e contradições. Isso ocorria no mundo material – no mundo dos fenômenos naturais – e no mundo social (STALIN, 1945). Portanto, o método a ser utilizado era materialista, era histórico e era ainda dialético, já que a história colocava em confronto modelos que acabavam por gerar outro modelo, não necessariamente parecido com os que o haviam gerado. A dialética, para Marx, era essa luta entre contrários que fazia surgir algo novo: no embate entre o feudalismo e as forças que haviam sido geradas pela urbanização, surgira um novo modelo, o do capitalismo mercantil.

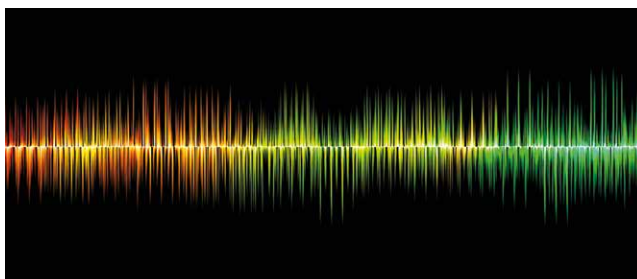


Figura 16 – A dialética marxista envolve as transformações provocadas pelo contínuo movimento dos fenômenos e pela sistemática luta pela sobrevivência material. O mundo da natureza se transforma e o mundo social se modifica em razão dos conflitos entre classes sociais com interesses antagônicos

Outra dúvida que atormentava Marx dizia respeito às condições que permitiam a apropriação do lucro pelos burgueses. Como era possível que houvesse lucro se todo o dinheiro ganho com a venda de mercadoria remunerava os que haviam participado da produção (inclusive o capitalista)? Como era possível que o capitalismo produzisse riqueza, mas também gerasse fome e miséria?

Como visto, o materialismo histórico explicava o surgimento de duas classes sociais: os capitalistas, donos das indústrias e do dinheiro, e os trabalhadores, o proletariado, que vendia a sua força de trabalho. Faltava agora explicar o processo de formação de lucro.

Marx utilizou o seguinte raciocínio: o trabalhador vendia seu trabalho em troca de salário. Por exemplo, ele trabalharia oito horas por dia na fábrica e receberia, ao final do mês, o valor x . Portanto, a princípio, ele ganhava conforme o tempo trabalhado. No entanto, a cada hora, ele produzia mercadorias cujo valor excediam muito o valor que ele havia recebido em troca de suas horas de trabalho. Vamos supor que, vendendo todas as mercadorias produzidas por esse trabalhador, o capitalista recebesse $7x$, e que o valor a ser remunerado pela matéria-prima utilizada e pelo pagamento de juros do capital empregado na compra de máquinas e equipamentos fosse de $2x$. Remunerando o trabalhador, o capitalista ainda ficaria com $4x$. De onde haviam surgido esses $4x$? Eles decorriam do fato de o operário, durante o tempo em que trabalhava na fábrica, produzir muito mais do que ganhava em termos de salário. A essa diferença (entre o valor produzido pelo trabalhador e o efetivamente recebido por ele), Marx deu o nome de **mais-valia**. A mais-valia correspondia ao valor que o trabalhador deveria receber pelo resultado do seu trabalho, mas que era apropriado pelo capitalista (HUBERMAN, 1974).

Analisemos essa questão com mais detalhe, pois ela é central na obra marxiana. Para Marx, a exploração ocorria por meio da apropriação da mais-valia. Por sua vez, a mais-valia só era possível em razão do modo de produção capitalista, ou seja, das formas a partir das quais bens e serviços eram produzidos e os agentes sociais eram remunerados. De acordo com Marx, o trabalho era uma mercadoria, mas de um tipo diferente. Ele era vendido pelo trabalhador, comprado pelo capitalista, mas utilizado para a produção de mercadorias. O trabalhador ganhava o suficiente para se manter, mas produzia mercadorias que eram vendidas no mercado. Em suma, o capitalista utilizava esse "bem" comprado (o trabalho) para produzir mercadorias e auferir lucro. Essa diferença surgia da apropriação das horas trabalhadas pelo operário, mas não remuneradas, situação que só era possível por causa do modo de produção capitalista (HUBERMAN, 1974).

Para Marx e Engels, o materialismo histórico não servia apenas para analisar os processos históricos; ele também fornecia os instrumentos para que a história fosse transformada. As grandes mudanças históricas não haviam sido promovidas pelos conflitos entre classes sociais, com o propósito de mudar a repartição da riqueza? Por que, então, não estimular os conflitos que tornariam possível transpor o capitalismo e garantir que todos, em especial os operários, recebessem uma parcela justa da riqueza produzida?

Esse discurso foi acolhido com entusiasmo pelos trabalhadores que, na Europa, realizavam greves e manifestações. Os operários e os revolucionários agora tinham um arsenal teórico para explicar a miséria, e não faltaram propostas para resolver esse problema. Por exemplo, alguns políticos e empresários imaginaram que, se promovessem reformas no capitalismo (maiores salários, condições melhores de

trabalho, assistência médica e educação, por exemplo), isso seria o suficiente para conter o movimento revolucionário. Para os reformistas, não era o caso de mudar estruturalmente o capitalismo, mas apenas de tratar melhor os trabalhadores.

No entanto, para os apoiadores de Marx e Engels, era necessário que algo fosse proposto para dar fim à contradição existente entre os propósitos do capital e os do trabalho. O final do século XIX e o início do XX foram o pano de fundo para inúmeros trabalhos, eventos e obras com vistas a compreender aquele momento histórico, entre os quais se destacam o *Manifesto do Partido Comunista* (1848), a organização da Primeira Internacional (1864), a Segunda Internacional (1889), a publicação de *O capital* (1867), os escritos anarquistas, a Comuna de Paris (1871) e a mobilização política sindical e partidária do operariado.



Saiba mais

Sugerimos que você assista ao filme *Os miseráveis*. A narrativa tem como cenário os movimentos revolucionários de julho de 1830, quando o povo francês e a burguesia liberal realizaram contínuos atos de levante contra o rei.

OS MISERÁVEIS. Direção: Tom Hooper. Estados Unidos; Reino Unido: Working Title Films; Cameron Mackintosh; Relativity Media, 2012. 158 min.

Era possível transformar as condições materiais da realidade e construir um futuro melhor para o proletariado (os operários). Para Marx e Engels, de fato, era apenas o caso de acelerar um processo que estava destinado a acontecer, mesmo que os capitalistas não o desejassem. Era da essência do capitalismo que as empresas competissem entre si por mais espaço. Isso as forçaria a produzir cada vez mais. No entanto, o incremento do uso da tecnologia faria com que o desemprego aumentasse e a margem de lucro do capitalista diminuísse, já que o lucro surgia justamente da apropriação das horas trabalhadas, mas não remuneradas, do trabalhador.

Se o capitalismo estava destinado ao desaparecimento, por que não acelerar esse processo? Afinal, era possível que o trabalhador se libertasse do jugo do capital mediante novas estruturas sociais – ou melhor, mediante novos modos de produção. Em outras palavras, a realidade histórica, como fruto das contradições no sistema produtivo, era passível de transformações através da ação dos sujeitos sociais. A história não devia ser apenas narrada, mas transformada, e pelo materialismo histórico era possível perceber não somente que o futuro do capitalismo estava ameaçado, mas que o seu final poderia ser antecipado por meio de uma ação revolucionária por parte dos trabalhadores (HUBERMAN, 1974).

Essa análise levou Marx a se debruçar sobre a questão da ideologia. Para ele, o proletariado não se via como classe social; de fato, nem tinha a percepção do quanto era explorado. Para a maior parte dos operários, a divisão do trabalho e a maneira como o trabalho era remunerado pareciam naturais, dadas pela própria natureza, algo parecido com a ideia de que sempre tinha sido assim. O grande problema é

que nem sempre tinha sido assim. A exploração havia surgido como consequência da apropriação dos meios de produção por determinada classe social, a classe capitalista. Para que esse estado de coisas permanecesse, e para que os trabalhadores não entrassem em conflito com os proprietários do capital, era fundamental que eles acreditassem que sempre tinha sido assim.

A ideologia, conjunto de ideias, valores e normas do capitalismo, fazia com que o operário não percebesse a associação entre o poder econômico e o poder político. Por isso, ele não conseguia se dar conta de que a exploração do seu trabalho não era natural e que a sua condição de explorado podia ser modificada. Esse conjunto de proposições tinha o objetivo de fazer com que os interesses da classe dominante parecessem os interesses coletivos, o que não era verdadeiro. A ideologia, portanto, fazia o papel de um espelho através do qual as imagens eram distorcidas: o que era antagônico (os interesses de cada uma das classes sociais) parecia hegemônico, quer dizer, majoritário, dominante. Por causa disso, era necessário que o proletariado recusasse a ideologia da classe que possuía os meios de produção e o capital.

Em 1848, em Bruxelas, após Marx ter sido expulso da França, ele e Engels publicaram o *Manifesto do Partido Comunista*. Por meio desse documento, eles explicaram a natureza do capitalismo e do comunismo e convocaram os trabalhadores à extinção da exploração do trabalho pelo capital.

Manifesto do Partido Comunista

Os comunistas são, pois, na prática [*Praktisch*], o setor mais decidido, sempre impulsionador, dos partidos operários de todos os países; na teoria, eles têm, sobre a restante massa do proletariado, a vantagem da inteligência das condições, do curso e dos resultados gerais do movimento proletário.

O objetivo mais próximo dos comunistas é o mesmo do que o de todos os restantes partidos proletários: formação do proletariado em classe, derrubamento da dominação da burguesia, conquista do poder político pelo proletariado.

As proposições teóricas dos comunistas não repousam de modo nenhum em ideias, em princípios, que foram inventados ou descobertos por este ou por aquele melhorador do mundo.

São apenas expressões gerais de relações efetivas de uma luta de classes que existe, de um movimento histórico que se processa diante dos nossos olhos. A abolição de relações de propriedade até aqui não é nada de peculiarmente característico do comunismo.

Todas as relações de propriedade estiveram submetidas a uma constante mudança histórica, a uma constante transformação histórica.

A Revolução Francesa, por exemplo, aboliu a propriedade feudal a favor da burguesa.

O que distingue o comunismo não é a abolição da propriedade em geral, mas a abolição da propriedade burguesa.

Mas a moderna propriedade privada burguesa é a expressão última e mais consumada da geração e apropriação dos produtos que repousam em oposições de classes, na exploração de umas pelas outras.

Nesse sentido, os comunistas podem condensar a sua teoria numa única expressão: supressão [*Aufhebung*] da propriedade privada.

Têm-nos censurado, a nós, comunistas, de que quereríamos abolir a propriedade adquirida pessoalmente, fruto do trabalho próprio – a propriedade que formaria a base de toda a liberdade, atividade e autonomia pessoais.

Propriedade fruto do trabalho, conseguida, ganha pelo próprio! Falais da propriedade pequeno-burguesa, pequeno-camponesa, que precedeu a propriedade burguesa? Não precisamos de a abolir, o desenvolvimento da indústria aboliu-a e abole-a diariamente.

Ou falais da moderna propriedade privada burguesa?

Mas será que o trabalho assalariado, o trabalho do proletário, lhe cria propriedade? De modo nenhum. Cria o capital, isto é, a propriedade que explora o trabalho assalariado, que só pode multiplicar-se na condição de gerar novo trabalho assalariado para de novo o explorar. A propriedade, na sua figura hodierna, move-se na oposição de capital e trabalho assalariado. Consideremos ambos os lados dessa oposição.

Ser capitalista significa ocupar na produção uma posição não só puramente pessoal, mas social. O capital é um produto comunitário e pode apenas ser posto em movimento por uma atividade comum de muitos membros, em última instância apenas pela atividade comum de todos os membros da sociedade.

O capital não é, portanto, um poder pessoal, é um poder social.

Se, portanto, o capital é transformado em propriedade comunitária, pertencente a todos os membros da sociedade, a propriedade pessoal não se transforma então em propriedade social. Só se transforma o carácter social da propriedade. Perde o seu carácter de classe.

Vejamos agora o trabalho assalariado:

[...] Queremos suprimir apenas o carácter miserável dessa apropriação, em que o operário só vive para multiplicar o capital, só vive na medida em que o exige o interesse da classe dominante.

Na sociedade burguesa o trabalho vivo é apenas um meio para multiplicar o trabalho acumulado. Na sociedade comunista o trabalho acumulado é apenas um meio para ampliar, enriquecer, promover o processo da vida dos operários. [...]

Os operários não têm pátria. Não se lhes pode tirar o que não têm. Na medida em que o proletariado tem primeiro de conquistar para si a dominação política, de se elevar a classe nacional, de se constituir a si próprio como nação, ele próprio é ainda nacional, mas de modo nenhum no sentido da burguesia.

Os isolamentos e as oposições nacionais dos povos vão desaparecendo já cada vez mais com o desenvolvimento da burguesia, com a liberdade de comércio, com o mercado mundial, com a uniformidade da produção industrial e com as relações de vida que lhe correspondem.

A dominação do proletariado fá-los-á desaparecer ainda mais. A unidade de ação, pelo menos dos países civilizados, é uma das primeiras condições da sua libertação.

À medida que é suprimida a exploração de um indivíduo por outro, é suprimida a exploração de uma nação por outra.

Com a oposição das classes no interior da nação cai a posição hostil das nações entre si.

As acusações contra o comunismo que são levantadas sobretudo a partir de pontos de vista religiosos, filosóficos e ideológicos não merecem discussão pormenorizada.

Será preciso uma inteligência profunda para compreender que com as relações de vida dos homens, com as suas ligações sociais, com a sua existência social, mudam também as suas representações, intuições e conceitos, numa palavra, [muda] também a sua consciência?

Que prova a história das ideias senão que a produção espiritual se reconfigura com a da [história] material? As ideias dominantes de um tempo foram sempre apenas as ideias da classe dominante.

Fonte: Marx e Engels (2018).

Em que lugar essas ideias poderiam ser testadas? As condições de extrema pobreza no território russo tornaram o país o celeiro ideal para a revolução pretendida por Marx e Engels. Em março de 1917, o czar russo Nicolau II (1868-1918) foi deposto. A burguesia, que havia participado do processo de destituição do czar sob a liderança de Alexander Fyódorovich Kérensky (1881-1970), montou um governo provisório em substituição à administração czarista. A família imperial foi presa pelo governo provisório de Kérensky. Em 1918, os bolcheviques executaram a tiros o czar Nicolau II e sua família, com o objetivo de impedir que a família imperial fosse resgatada por anticomunistas. Com Léon Trotsky (1879-1940) à frente da milícia revolucionária, em outubro de 1917, o Partido Bolchevique derrubou o governo burguês que até então comandara a Rússia, instituindo enfim um governo socialista. Os operários passaram a fazer parte dos conselhos que administravam as esferas da economia, e as propriedades privadas foram estatizadas. As forças livres do mercado haviam sido substituídas pela concentração de poder nas mãos do Estado governado pelos trabalhadores revolucionários.



Figura 17 – São Petersburgo teve seu nome alterado para Leningrado em homenagem à revolução de outubro de 1917. No início da década de 1990, a população, por meio de um plebiscito, resolveu retornar ao antigo nome

Disponível em: <https://bit.ly/30isbTJ>. Acesso em: 12 nov. 2021.

Para Marx, a sociedade funcionava como se fosse um prédio: a infraestrutura, constituída pelas relações de classes estabelecidas no sistema econômico, ou seja, pelos modos de produção, era a base e os pilares fundadores do prédio. A superestrutura, por sua vez, correspondia ao aparato estatal e às suas instituições, à cultura, às ciências, às artes e aos demais componentes ideológicos (superestrutura ideológica); em outras palavras, a superestrutura era criada em função dos grupos que conseguiam vencer os conflitos existentes na base do sistema. Esse raciocínio levava a uma única conclusão: para mudar a superestrutura, era necessário substituir as bases fundadoras do sistema, ou seja, mudar as relações existentes entre as classes sociais. E, transformadas as relações existentes entre as classes sociais, era necessário criar novos aparatos, novas instituições e novas leis.

Assim, a questão da educação dos trabalhadores era uma das grandes preocupações dos revolucionários. Segundo Suchodolski (*apud* BARROCO, 2007, p. 39), o grande desafio era implantar uma política educacional que estivesse a serviço da ação revolucionária e da criação de "novas relações materiais entre as pessoas, inclusive, apesar de serem eles mesmos [os revolucionários] um produto das velhas relações". A educação, portanto, deveria municiar o proletariado das armas filosóficas e espirituais para a construção de uma nova nação, na qual não haveria espaço para a ideologia burguesa. Para Marx e Engels, os alicerces da educação burguesa deveriam ser destruídos. Era a educação que perpetuava os privilégios dos filhos das classes dominantes, ao mesmo tempo que perpetuava a exploração do proletariado. Em outras palavras, a educação deveria despertar no trabalhador a consciência de suas possibilidades criadoras para que, no domínio dessas forças, ele pudesse construir uma nova realidade. Mais: o trabalhador deveria trabalhar ativamente para a construção da ciência, descolando-se do papel de mero consumidor da ciência produzida pelas classes dominantes.

Cabia à educação desconstruir a alienação dos trabalhadores. Envolvidos na luta diária pela sobrevivência, completamente massacrados pelo sistema, os operários apenas desejavam um emprego e um salário com o qual pudessem prover a família. E, afinal, ainda havia a ameaça do desemprego, já que não faltavam trabalhadores sem qualquer renda que aceitariam trabalhar fosse qual fosse o salário.



Saiba mais

Segundo Marx, um dos efeitos da alienação é o trabalhador não se reconhecer mais no trabalho que faz. Em outras palavras, se ele participa apenas de uma ínfima etapa do trabalho, ele perde a visão do conjunto; ao perder a visão do conjunto, ele não consegue mais reconhecer o que é o fruto do seu trabalho. Sobre esse tema, sugerimos que você assista ao filme *Tempos modernos*. Nesse filme, há uma sequência na qual pode ser visto um trabalhador operando uma máquina, completamente sem visão do todo e do conjunto do seu trabalho, ele também se transformando em um dos mecanismos da máquina.

TEMPOS modernos. Direção: Charlie Chaplin. Estados Unidos: Charles Chaplin Productions, 1936. 86 min.

Para concretizar os objetivos revolucionários, era preciso dar um fim à alienação. Com esse propósito, o Estado deveria chamar para si a tarefa de educar, em especial para garantir que o proletariado pudesse se apropriar não apenas das técnicas laborais, mas também da compreensão integral de todo o processo produtivo, diminuindo assim a distância historicamente construída entre o trabalho manual e o trabalho intelectual. O conhecimento necessário era o que permitiria a transição da pequena produção agrícola para a agricultura coletiva, a industrialização e o emprego racional de material, recursos humanos e financeiros (BARROCO, 2007).

Para que a economia soviética pudesse crescer, não eram suficientes os projetos de nacionalização das indústrias e de coletivização; era fundamental que outra mentalidade fosse criada. E se, no passado, as escolas haviam sido propriedade da Igreja e de setores da burguesia (ou, no caso de instituições públicas, controladas pela burguesia), era fundamental que o Estado assumisse a tarefa de criar novas escolas, comprometidas com o ideal revolucionário (BARROCO, 2007).

De acordo com Barroco (2007), os revolucionários passaram a defender o ensino obrigatório e politécnico, de forma a associar os objetivos da educação com o trabalho social e as metas da nação soviética. Isso envolvia também a constituição de uma relação distinta com os docentes (a serem eleitos pela comunidade), bem como transformações profundas na própria maneira de exercer a docência. Não era o caso de apenas transmitir conteúdo aos alunos, mas de formá-los segundo as prioridades revolucionárias. A ideia era alfabetizar milhares de crianças, ensinar a criação de um novo homem soviético (revolucionário e ciente do seu papel de agente transformador da história) e criar uma nação comprometida com o bem-estar dos trabalhadores e com a justiça social.

Mais: Marx, que era ateu, entendia que a religião também poderia vir a ser um instrumento de alienação do trabalhador. Segundo Chagas (2017), ao criar acolhimento para as dores e para o sofrimento, a religião impedia que o homem tomasse consciência da sua verdadeira condição de submissão e de exploração; ao prometer um paraíso eterno após a morte, a religião também defendia a acomodação do operário às suas condições reais, desmotivando-o de transformar a sua realidade e mudar, concretamente, a sua vida.

Marx e os pensadores que o seguiram marcaram o pensamento sociológico de forma indelével. Independentemente da concordância ou discordância em relação a suas ideias, com certeza tornou-se impossível ignorá-los.

4.2 Max Weber: ética protestante e espírito do capitalismo, teoria da burocracia

As origens de alta classe média do alemão Max Weber (1864-1920) permitiram ao pensador uma excelente educação de nível superior, em especial nas áreas de história, filosofia e economia. Depois de uma breve experiência como docente, Weber foi trabalhar como editor de uma revista especializada em temas sociológicos. Seu principal objeto de estudo era o conteúdo simbólico das relações humanas, ou seja, o sentido construído a partir das interações sociais. O imenso conjunto de obras escritas por Weber inclui estudos sobre estruturas burocráticas, racionalização do trabalho, tipos ideais e religiões. Esses são, afinal, os elementos presentes na sociedade do final do século XIX e início do século XX, quando o capitalismo já havia se consagrado como modelo econômico e as organizações empresariais alcançavam a maturidade em termos de seus processos e regras de funcionamento.

Assim como seus antecessores, Weber defendeu ser a sociologia uma área de conhecimento autônoma, que deveria munir-se de métodos específicos em relação à observação e à compreensão dos fatos. Aliás, específicos não apenas em termos da diferenciação entre esses métodos e os utilizados nas ciências naturais, mas também em termos da diferenciação entre esses métodos e os utilizados em outras áreas das ciências que hoje chamamos de humanas.

Contudo, Weber não pretende cavar um abismo entre os dois grupos de ciências. Segundo ele, a consideração de que os fenômenos obedecem a uma regularidade causal envolve referência a um mesmo esquema lógico de prova, tanto nas ciências naturais quanto nas humanas. Entretanto, se a lógica da explicação causal é idêntica, o mesmo não se poderia dizer dos tipos de leis gerais a serem formulados para cada um dos dois grupos de disciplinas (TRAGTENBERG, 1997, p. 8).

A sociologia weberiana ficou conhecida como sociologia compreensiva. Seu principal propósito era a análise das manifestações sociais por meio da investigação das ações sociais. Para Weber, as ações sociais seriam aquelas realizadas pelos indivíduos no contexto do seu grupo social, ações portanto imersas em valores, sentidos, hábitos e motivos derivados do grupo. Nesse sentido, Weber identificou quatro tipos de ação social (OLIVEIRA, 2008):

- **Ação social racional dirigida por objetivos:** essa seria a ação na qual, por meio da análise objetiva da situação e de suas consequências, o indivíduo buscaria alcançar objetivos próprios, em especial fazendo uso do comportamento racional.
- **Ação social racional dirigida por valores:** essa seria uma ação na qual o agente agiria segundo mandamentos ou exigências que acreditasse serem dirigidos a ele, independentemente das consequências possíveis da ação. O indivíduo agiria conforme o que imaginava ser esperado, sem qualquer outra preocupação com objetivos ou consequências.
- **Ação social afetiva:** essa seria a ação dirigida por afetos ou baseada em um contexto emocional.
- **Ação tradicional:** essa seria a ação orientada pelo sentido, como resposta a um estímulo habitual.



Figura 18 – Um dos principais objetos de estudo de Weber foi a assim chamada ação social, quer dizer, a ação do indivíduo dentro do seu contexto social

Disponível em: <https://bit.ly/3oPhbYf>. Acesso em: 12 nov. 2021.

Esse método de análise levou Weber a construir o que chamamos de **tipos ideais**. O tipo ideal não é o comportamento ou o indivíduo que consideramos o melhor ou o ideal. De forma alguma representa o indivíduo ideal. O tipo é ideal porque resulta de uma generalização tipológica: a observação do mundo social permite que representemos, a partir de determinados recortes da realidade, certos modelos ou padrões de comportamento. Esses padrões, ou modelos, são os tipos ideais. Como explica Tragtenberg (1997, p. 8),

as leis sociais, para Weber, estabelecem relações causais em termos de regras de probabilidades, segundo as quais determinados processos devem seguir-se, ou ocorrer simultaneamente, a outros. Essas leis referem-se a construções de "comportamento com sentido" e servem para explicar processos particulares.

Uma das áreas para a qual Weber contribuiu enormemente foi a sociologia da religião. Weber partiu da constatação de que a Reforma Protestante havia introduzido na sociedade novos hábitos e valores, em substituição aos do cristianismo católico. Enquanto o mundo católico pregava o conformismo diante da vida material, a Reforma Protestante defendia a ideia de que todos poderiam melhorar de vida por meio do trabalho e da economia. Parece razoável supor que o catolicismo encontrava aderência

ao contexto do feudalismo, no qual servos nasciam e morriam servos, e senhores feudais nasciam e morriam como senhores feudais. Mas, numa sociedade em que a urbanização criara uma nova classe social e na qual a burguesia buscava comerciar e obter lucro, não fazia mais sentido algum entender o trabalho como castigo divino pelo pecado original.

A ética católica, principal eixo do qual até então haviam emanado todos os valores morais, considerava normal a existência de diferentes classes sociais e defendia o conformismo do ser humano a essas condições "dadas". Para o catolicismo, a esperança estava na vida que os homens levariam após a morte; a vida terrena era apenas uma fase de transição, e não tinha sentido lutar para modificar as condições dessa vida terrena. O lucro, a usura e a ganância deveriam ser combatidos, e apenas a vida após a morte reservaria o melhor para todos.

Você há de concordar que o novo mundo do capitalismo comercial, as cidades movimentadas, as rotas comerciais, os primeiros bancos que surgiam, nada disso encontrava apoio ou explicação na ética católica, que prevalecia naquele momento. Assim, a Reforma Protestante buscou corresponder aos anseios de ascensão da burguesia, defendendo valores que justificavam as ações e o comportamento dessa nova classe social, que por meio do trabalho objetivava o crescimento e o enriquecimento. Em outros termos, a Reforma Protestante passou a defender a concepção de que o trabalho era meritório e serviria de instrumento para a mobilidade social. O trabalho era uma forma de consagrar a Deus, e não uma punição. O grande problema estava não na conquista de riqueza, mas na maneira como essa riqueza era gasta. Assim, a piedade, a virtude, o ascetismo, a humildade e a parcimônia eram valores que deveriam reger a vida dos indivíduos. Não havia razão alguma para gastar o dinheiro duramente obtido com roupas, luxo e prazeres; ao contrário, as pessoas, independentemente de sua fortuna, deveriam manter-se humildes, poupando o dinheiro ganho, que posteriormente poderia ser investido em novos negócios (HUBERMAN, 1974).



Observação

O ascetismo está relacionado à disciplina do corpo e do espírito. A parcimônia, a maneira econômica e simples de viver, requer uma vida humilde, sem luxos e sem gastos excessivos.

Os grandes líderes religiosos que promoveram essa reforma foram Lutero e Calvino. Martinho Lutero (1483-1546), alemão, confrontara a Igreja católica por conta do comércio de indulgências, no qual o perdão era vendido mediante favores financeiros. Outras normas do cristianismo católico também deveriam ser revistas, segundo Lutero: o celibato, a excomunhão e o luxo religioso de Roma. O francês João Calvino (1509-1564), por sua vez, encarregara-se de disseminar pela Europa um cristianismo bem distinto do que era promovido por Roma: a austeridade dos ritos religiosos deveria afastar a música dos ritos cristãos, abolir o Natal, eliminar quadros, vitrais e imagens das igrejas, e estabelecer um sistema hierárquico no qual as congregações escolhiam seus próprios pastores. Como é possível imaginar, nem as ideias de Lutero nem as de Calvino repercutiram de forma favorável no mundo católico, pois eles pregavam contra a autoridade papal e contra a fortuna que Roma amalhava nas suas igrejas.



Saiba mais

Sugerimos que você assista ao filme *Lutero*, obra que narra a vida e os conflitos vividos por Martinho Lutero.

LUTERO. Direção: Eric Till. Alemanha; Estados Unidos: Eikon Film; NFP Teleart, 2003. 124 min.

Também recomendamos o filme *Elizabeth*, que narra os conflitos entre os anglicanos e católicos na Inglaterra do século XVI.

ELIZABETH. Direção: Shekhar Kapur. Reino Unido: PolyGram Filmed Entertainment, 1998. 124 min.

Weber buscou explicar o desenvolvimento econômico de certos países em termos dos efeitos e da influência da Reforma Protestante. Afinal, as últimas décadas do século XIX e o início do XX haviam presenciado o crescimento da riqueza dos países que tinham sido alcançados pelo declínio do catolicismo e pela prevalência de vertentes cristãs protestantes. Segundo Weber, tal associação não parecia ser aleatória. Ao contrário, era possível explicar a riqueza das nações protestantes pela adoção dos novos costumes e da nova moral que o protestantismo preconizava. Trabalho, poupança, investimento, disposição para o empreendedorismo: todos esses valores aderiam à moral de uma burguesia que se dedicava a comerciar, a produzir e a obter lucro. "Em lugar do antigo ideal de estabilidade social e econômica, de se conhecer e manter o 'lugar' de cada um, [o protestantismo] conferiu respeitabilidade a um ideal de luta, de aperfeiçoamento e progresso material, de crescimento econômico" (HEILBRONER, 1996, p. 80).

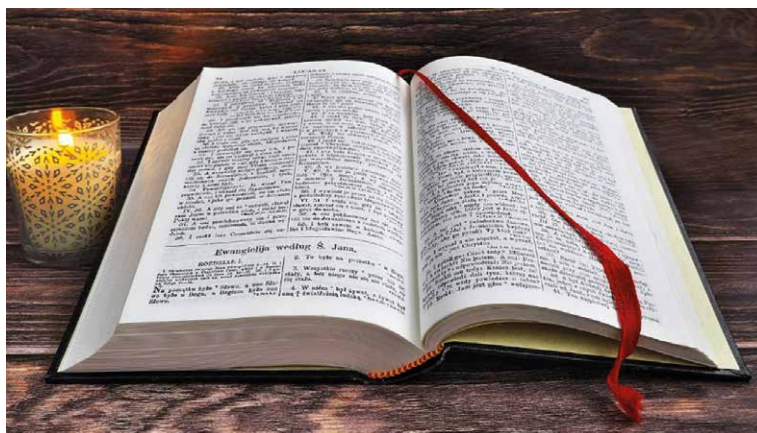


Figura 19 – Ao entrar em conflito com os valores defendidos por Roma e pela Igreja católica, a Reforma Protestante foi acolhida pela burguesia comercial e industrial que se formara após a dissolução do sistema feudal

Disponível em: <https://bit.ly/3oTdQaG>. Acesso em: 12 nov. 2021.

Em sua obra *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, Weber explicitou suas hipóteses e conclusões a respeito das relações entre vida econômica e valores religiosos.

A ética protestante e o espírito do capitalismo

1. Filiação religiosa e estratificação social

Uma simples olhada nas estatísticas ocupacionais de qualquer país de composição religiosa mista mostrará, com notável frequência, uma situação que muitas vezes provocou discussões na imprensa e na literatura católicas e nos congressos católicos, principalmente na Alemanha: o fato de que os homens de negócios e donos do capital, assim como os trabalhadores mais especializados e o pessoal mais habilitado técnica e comercialmente das modernas empresas, são predominantemente protestantes.

Esse fato não se verifica apenas onde a diferença de religião coincide com uma nacionalidade, e portanto com seu desenvolvimento cultural, como no caso da Alemanha oriental e da Polônia. Observamos a mesma coisa onde se fizeram levantamentos de filiação religiosa, por onde quer que o capitalismo, na época de sua grande expansão, pôde alterar a distribuição social conforme suas necessidades e determinar a estrutura ocupacional.

Quanto maior foi a liberdade de ação, mais claro o efeito apontado. É bem verdade que a maior participação relativa dos protestantes na propriedade do capital, na direção e nas esferas mais altas das modernas empresas comerciais e industriais pode em parte ser explicada pelas circunstâncias históricas oriundas de um passado distante, nas quais a filiação religiosa não poderia ser apontada como causa da condição econômica, mas até certo ponto parece ser resultado daquela.

A participação nas funções econômicas envolve geralmente alguma posse de capital e uma dispendiosa educação e, muitas vezes, ambas. Hoje tais coisas são largamente dependentes da posse de riqueza herdada ou, no mínimo, de certo bem-estar material. Certo número dos domínios do velho império, que eram mais economicamente desenvolvidos, mais favorecidos pela situação e por recursos naturais, particularmente a maioria das cidades mais ricas, aderiram ao protestantismo no século XVI.

Os resultados de tais circunstâncias favorecem os protestantes, até hoje, na sua labuta pela existência econômica. Surge assim a indagação histórica: por que os lugares de maior desenvolvimento econômico foram, ao mesmo tempo, particularmente propícios a uma revolução dentro da Igreja? A resposta não é tão simples como se poderia pensar.

A emancipação do tradicionalismo econômico parece sem dúvida ser um fator que apoia grandemente o surgimento da dúvida quanto à santidade das tradições religiosas e de todas as autoridades tradicionais. Devemos porém notar, fato muitas vezes esquecido, que a Reforma não implicou a eliminação do controle da Igreja sobre a vida cotidiana, mas sua substituição por uma nova forma de controle. Significou de fato o repúdio de um controle

que era muito frouxo e, na época praticamente imperceptível, pouco mais que formal, em favor de uma regulamentação da conduta como um todo, que, penetrando em todos os setores da vida pública e privada, era infinitamente mais opressiva e severamente imposta.

A regra da Igreja católica, "punindo o herege, mas perdoadando o pecador", mais no passado do que no presente, é hoje tolerada pelas pessoas de caráter econômico completamente moderno, [tolerância que] nasceu entre as camadas mais ricas e economicamente mais avançadas do mundo por volta do século XV. Por outro lado, a regra do calvinismo, como foi imposta no século XVI em Genebra e na Escócia, entre os séculos XVI e XVII em grande parte da Holanda, e no século XVII na Nova Inglaterra e, por algum tempo, na própria Inglaterra, se tornaria a forma mais intolerável de controle eclesiástico do indivíduo que já pôde existir. E foi exatamente isso que foi sentido por uma grande parte da velha aristocracia comercial da época de Genebra, da Holanda e da Inglaterra. E a queixa dos reformadores, nessas regiões de grande desenvolvimento econômico, não era o excesso de controle da vida por parte da Igreja, mas a sua falta.

Como, pois, aconteceu que os países mais economicamente avançados da época, e suas classes médias burguesas, não só não se opuseram a essa tirania inédita do puritanismo como chegaram a desenvolver sua heroica defesa? A burguesia raramente mostrara tal heroísmo antes e nunca o mostrou depois. Foi o "nosso último heroísmo", como disse Carlyle não sem razão.

Além disso há algo especialmente importante: pode ser, como já foi aventado, que a maior participação dos protestantes nas posições de proprietário e de dirigente na moderna vida econômica seja entendida hoje, pelo menos em parte, simplesmente como resultado da maior riqueza material herdada por eles. Contudo, há certos fenômenos que não podem ser explicados por esse caminho. Só para citar alguns, há uma grande diferença perceptível, em Baden, na Baviera e na Hungria, no tipo de educação superior que católicos e protestantes proporcionam a seus filhos. O fato de a porcentagem de católicos entre os estudantes e os formados nas instituições de ensino superior ser proporcionalmente inferior à população total, pode, certamente, ser largamente explicado em termos de riqueza herdada. Porém, entre os próprios formados católicos, a porcentagem dos que receberam formação em instituições que preparam especialmente para os estudos técnicos e ocupações comerciais e industriais, e em geral para a vida de negócios de classe média, é muito inferior à dos protestantes. Por sua vez, os católicos preferem o tipo de aprendizagem oferecido pelos ginásios humanísticos. Essa é uma circunstância à qual não se aplica a explicação acima apontada, mas que, ao contrário, é uma das razões do pequeno engajamento dos católicos nas empresas capitalistas.

Mais notável ainda é um fato que explica parcialmente a menor proporção de católicos entre os trabalhadores especializados na moderna indústria. Sabe-se que as fábricas arregimentaram boa parte de sua mão de obra especializada entre os jovens artesãos; contudo, isso é muito mais verdadeiro para os diaristas protestantes que para os católicos.

Em outras palavras, entre os diaristas católicos parece preponderar uma forte tendência a permanecer em suas oficinas e a se tornar com frequência mestres artesãos, enquanto os protestantes são fortemente atraídos para as fábricas, para nelas ocuparem cargos superiores, de mão de obra especializada e posições administrativas.

A explicação desses casos é, sem dúvidas, que as peculiaridades mentais e espirituais adquiridas do meio ambiente, especialmente do tipo de educação favorecido pela atmosfera religiosa da família e do lar, determinaram a escolha da ocupação e, por isso, da carreira. [...]

Nossa tarefa será investigar essas religiões com o intuito de descobrir as particularidades que têm, ou que tiveram, que resultaram no comportamento descrito acima. Numa análise superficial, e com base em certas impressões comuns, poderíamos ser tentados a admitir que a menor mundanidade do catolicismo, o caráter ascético de seus mais altos ideais, tenha induzido seus seguidores a uma maior indiferença para com as boas coisas deste mundo. E tal explicação reflete a tendência de julgamento popular de ambas as religiões. Do lado protestante, é usada como base das críticas de tais ideais ascéticos (reais ou imaginários) do modo de viver católico, enquanto os católicos respondem com a acusação de que o materialismo resulta da secularização de todos os ideais pelo protestantismo.

Fonte: Weber (1997, p. 12-14).

O trecho escolhido da obra de Weber nos revela a análise que o pensador fez da religião: ele buscou compreendê-la não como manifestação individual, mas como construção social determinada por circunstâncias específicas, cujas características atendiam a necessidades de certos grupos sociais. Aliás, ele não foi o único a buscar a compreensão dessas relações: um de seus amigos, Werner Sombart (1863-1941), realizou uma investigação semelhante na obra *Os judeus e o capitalismo moderno*, dessa vez buscando entender as relações entre o judaísmo e a economia.



Observação

A obra de Weber *A ética protestante e o espírito do capitalismo* foi publicada em 1904; a de Sombart, em 1911. Embora a influência entre eles tenha sido mútua, já que mantinham relações de amizade, várias fontes indicam Sombart como inspirador do trabalho de Weber.

Weber também procurou investigar as formas de organização do capitalismo: afinal, para que ele pudesse florescer e se expandir, era necessário que as instituições capitalistas funcionassem de acordo com critérios racionais de precisão e eficácia. Crescimento, redução de custos e aumento do lucro: esses eram os objetivos das empresas capitalistas, e para alcançá-los era necessário haver regras, normas e planejamento. Dentro de uma empresa, cada um deveria ter ciência do papel que iria desempenhar, e todos deveriam trabalhar para que objetivos comuns fossem alcançados. A especialização e a burocracia eram, portanto, condições necessárias para o desenvolvimento capitalista.

Em que consistia a especialização? Ela era resultado da fragmentação do trabalho em várias etapas, a serem repetidas sempre de acordo com um mesmo padrão. Assim, caso uma fábrica produzisse sapatos, vários trabalhadores se ocupariam de cada uma das etapas da produção, especializando-se nelas e tornando-se capazes de repeti-las de forma cada vez mais rápida e produtiva. Por sua vez, a burocracia ordenaria as relações sociais dentro das organizações, estabelecendo hierarquias e responsabilidades. Seria inadmissível que, na fábrica de sapatos da qual falamos, um dos trabalhadores resolvesse, por conta própria, cortar o couro em vez de colar a sola; tampouco seria aceitável que um chefe deixasse aos operários a decisão de estabelecer horários e metas de produção. Dessa forma, a especialização e a burocracia tornavam possível o fortalecimento de um mundo no qual as relações humanas eram secundárias, tal como eram secundárias a realização pessoal e a felicidade existencial. Assim, Weber entendeu que a racionalidade tinha um papel importante a desempenhar nas relações sociais advindas do capitalismo.

Para Weber, existiam dois tipos de racionalidade: a formal, associada às instituições jurídicas e à formalização das instituições de maneira geral, e a substantiva, que levava em consideração o contexto social e se constituía a partir dos valores que orientavam esse contexto. Mas por que a racionalização havia conduzido a sociedade moderna à burocratização? Quais eram as relações entre burocracia e racionalização? Não havia como organizar as instituições sem processos burocráticos que norteassem suas ações, e não havia como criar instrumentos burocráticos sem o apoio da racionalidade. Portanto, a burocracia e a racionalidade se tornariam a base da autoridade, elemento fundamental do sistema capitalista.

Segundo Weber, a autoridade poderia ser:

- **Tradicional:** apoiada em tradições e costumes, como o papel dos homens nos modelos patriarcais, ou das mulheres nos modelos matriarcais. Outro exemplo é a autoridade exercida por líderes religiosos nos países em que vigoram sistemas políticos teocráticos, ou seja, apoiados em doutrinas religiosas.
- **Carismática:** apoiada nas características físicas ou de personalidade de líderes, como a exercida por Adolf Hitler, responsável pelo estabelecimento do regime nazista na primeira metade do século XX, ou por Antônio Conselheiro, que comandou uma revolta contra o exército brasileiro na Bahia, no final do século XIX.
- **Racional-legal:** apoiada em regras e regulamentos, todos reconhecidos e aceitos pelo grupo. Um exemplo típico de autoridade racional-legal são os processos por meio dos quais os serviços públicos funcionam, em geral rigidamente conduzidos por normas burocráticas.



Figura 20 – A burocracia materializa a racionalidade mediando as relações sociais. Segundo Weber, a combinação entre burocracia e racionalidade resulta em diferentes formas de autoridade

Disponível em: <https://bit.ly/3oSxdk8>. Acesso em: 12 nov. 2021.

Restava a Weber explicar o processo de racionalização como parte do desenvolvimento histórico do Ocidente. Para ele, a racionalização resultava do afastamento do indivíduo dos costumes, dos princípios éticos, morais e religiosos providos pelo próprio grupo. Explicações mágicas e místicas, normas religiosas, costumes tradicionais: tudo isso deveria ceder espaço aos critérios lógico-rationais consagrados pela racionalidade. Apenas isso permitiria que o grupo funcionasse de maneira organizada, de forma a se submeter à autoridade racional-legal.

Em outras palavras, a racionalidade e a burocratização eram processos indissociáveis do capitalismo. Como já dissemos, para lucrar era necessário planejar e controlar – era necessário que fossem estabelecidas, de modo rigoroso, hierarquias, funções e relações de autoridade. A estrutura administrativa submeteria a todos a uma cadeia de autoridade e de comando na qual a criatividade, a originalidade e a livre-iniciativa seriam erradicadas, e isso não se aplicava apenas às empresas. Os Estados modernos também funcionariam de acordo com a dominação autorizada pelos mecanismos burocráticos, o que garantiria seu funcionamento ordenado e regrado. Veja, a seguir, trechos da obra de Weber na qual ele explica os fundamentos da burocracia moderna.

O que é a burocracia

A burocracia moderna opera do seguinte modo específico:

I – Existe o princípio de setores jurisdicionais estáveis e oficiais organizados, em geral, normativamente, ou seja, mediante leis ou ordenamentos administrativos.

1. As atividades normais exigidas pelos objetivos da estrutura governada burocraticamente dividem-se de forma estável como deveres oficiais.

2. A autoridade que dá as ordens necessárias para a alternância desses deveres é distribuída de forma estável e rigorosamente delimitada por normas referentes aos meios coativos, físicos, sacerdotais ou de outra espécie, do qual podem dispor os funcionários.

3. O cumprimento normal e continuado desses deveres, bem como o exercício dos direitos correspondentes, é assegurado por um sistema de normas; somente podem prestar serviços aquelas pessoas que, segundo as regras gerais, estão qualificadas para tanto.

Esses três elementos constituem, no governo público – e legal, a "autoridade burocrática". No âmbito econômico privado fazem parte da "administração" burocrática. Tal como a descrevemos, a burocracia somente está totalmente desenvolvida nas comunidades políticas e eclesiásticas do Estado moderno; no caso da economia privada somente o está nas instituições capitalistas mais avançadas. Uma autoridade burocrática perdurável e pública, jurisdicionalmente determinada, constitui normalmente uma exceção e não uma regra histórica. Isso é válido ainda em grandes formações políticas, tais como as do antigo Oriente, os impérios conquistadores germano e mongólico, bem como a maioria das formações feudais de Estado. Em todos esses casos, o governante executa as disposições mais importantes mediante administradores pessoais, colegas de mesa e cortesãos. As comissões e a autoridade destes não estão delimitadas com precisão, mas estabelecem de forma temporária e para cada caso.

II – Os princípios de hierarquia de cargos e de diversos níveis de autoridade implicam um sistema de subordinação ferreamente organizado, onde os funcionários superiores controlam os funcionários inferiores. Esse sistema permite que os governados possam apelar, mediante procedimentos preestabelecidos, a decisão de uma repartição inferior à sua autoridade superior. Um alto desenvolvimento do tipo burocrático leva a uma organização monocrática da hierarquia de cargos. O princípio de autoridade hierárquica de cargos dá-se em qualquer estrutura burocrática: nas estruturas estatais e eclesiásticas, nas grandes organizações partidárias e nas empresas privadas. Carece de importância para a índole da burocracia que a sua autoridade seja considerada "privada" ou "pública". A plena realização do princípio de "competência" jurisdicional na subordinação hierárquica não implica – pelo menos nos cargos públicos – que a autoridade "superior" esteja simplesmente autorizada a cuidar dos assuntos da "inferior". O normal é, na realidade, o contrário. Uma vez criado e depois de ter cumprido a sua missão, um cargo tende a continuar existindo e a ser desempenhado por outro titular.

III – A administração do cargo moderno funda-se em documentos escritos ("arquivos") que serão conservados de forma original ou como projetos. Existe, assim, um pessoal de subalternos e escribas de toda classe. O conjunto dos funcionários "públicos" estáveis, bem como o correspondente aparato de instrumentos e arquivos, integram uma "repartição"; isso é o que na empresa privada chama-se "escritório". A organização moderna do serviço civil separa, em princípio, a repartição do domicílio privado do funcionário e, geralmente, a burocracia considera a atividade oficial como um âmbito independente da vida privada. Os fundos e equipamentos públicos estão separados da propriedade privada do funcionário:

esse fator condicionante é, em todos os casos, o resultado de um longo processo. Atualmente, dá-se tanto nas empresas públicas quanto nas privadas; nas privadas, o princípio atinge, inclusive, o empresário principal. O escritório do executivo está, em princípio, separado do lar, e também o estão a correspondência de negócios da privada e o capital do negócio das fortunas particulares. Essas separações são tão sólidas quanto mais arraigadas se encontra a prática do tipo de administração empresarial moderna. [...]

IV – Administrar um cargo, e administrá-lo de forma especializada, implica, geralmente, uma preparação cabal e experta. Isso se exige cada vez mais do executivo moderno e do empregado das empresas privadas, bem como se exige do funcionário público.

V – Se o cargo está em pleno desenvolvimento, a atividade do funcionário requer toda a sua capacidade de trabalho, além do fato de que a sua jornada obrigatória no escritório está estritamente fixada. Normalmente, isso é somente produto de uma prolongada evolução, tanto nos cargos públicos quanto nos privados. Anteriormente, em todas as situações, o normal era o contrário: consideravam-se as tarefas burocráticas uma atividade secundária.

VI – A administração do cargo ajusta-se a normas gerais, mais ou menos estáveis, mais ou menos precisas, e que podem ser aprendidas. O conhecimento dessas normas é um saber técnico particular que o funcionário possui. Envolve a jurisprudência, ou a administração pública ou de empresas. A natureza em si da administração moderna de um cargo requer o ajuste a normas. Por exemplo, a teoria da administração pública moderna supõe que a autoridade para dispor certos assuntos por decreto – legalmente concedida às autoridades públicas – não lhe dá à repartição direito algum para regular a questão por meio de ordens dadas para cada caso, mas somente para regulá-la de forma geral.

Fonte: Weber (2012, p. 9-12).



Saiba mais

Sobre o tema, sugerimos que você assista ao filme *Eu, Daniel Blake*, que narra a trajetória de um homem de meia-idade que não consegue transpor as barreiras da burocracia para receber o seguro-desemprego.

EU, Daniel Blake. Direção: Ken Loach. Reino Unido; França; Bélgica: Sixteen Films, 2017. 100 min.

A partir da sua análise do funcionamento da sociedade e das instituições, Weber concluiu que a crescente racionalização nas relações sociais estimularia a burocratização cada vez mais e levaria ao desencantamento do mundo. O que viria a ser esse desencantamento? Seria o processo de depuração da magia, inclusive no terreno da religião, que substituiria a experiência mística pela primazia de princípios éticos e morais.

Um exemplo interessante de aplicação das teorias de Weber sobre autoridade, burocracia e desencantamento do mundo pode ser visto no filme *Shoah*, de Claude Lanzmann (1985). Trata-se de um documentário de oito horas no qual o cineasta retorna aos campos de concentração e extermínio construídos durante a Segunda Guerra Mundial para exterminar judeus e outras etnias tidas como inferiores. Sobre esse documentário, Jaffe (2013, p. 225) afirma o seguinte a respeito do objetivo atingido pelo cineasta:

Ele explica a lógica e o planejamento da engrenagem técnica da morte. Inúmeras cenas demonstrando a lotação dos caminhões de gás; os horários dos trens; os turnos nos fornos crematórios; a capacidade dos caminhões, câmaras e vagões para receber os prisioneiros; as técnicas de cremação e enterramento; a velocidade com que as coisas precisariam ser feitas para dar conta do número de mortos; as medidas econômicas em termos de material, eletricidade, carpintaria; as formas de destituir os judeus de suas posses; o destino dos cabelos e dos outros bens extraídos dos prisioneiros; as experimentações científicas e também psíquicas para compreender o comportamento dos humanos sob determinadas condições. Toda essa máquina de morte é exposta como se o espectador estivesse presenciando uma linha de montagem, uma fábrica altamente planejada. [...] Como em toda parte, mas ainda mais em se tratando da conhecida eficiência alemã, a burocracia praticamente substituiu o conteúdo ou o mérito do que estava sendo praticado. Em vários trechos, o filme nos faz perceber como, para alguns oficiais, a eficácia no cumprimento ortodoxo das ordens e deveres era mais importante do que o objeto da operação: o judeu, o prisioneiro de guerra, a vitória alemã. Antes de tudo, o que estava em questão era fazer a máquina funcionar, independente do que estaria sendo produzido: parafusos ou a liquidação de um povo inteiro. [...] A ideologia se entranhava, em grande parte de forma subliminar, nas engrenagens da máquina, na burocracia e na linguagem do campo. Na linguagem assim como na burocracia e na preocupação com o bom funcionamento das operações ocultam-se, de forma prática, econômica, mas principalmente asséptica, as vozes do totalitarismo e o desejo de destruição: os prisioneiros jamais podiam pronunciar a palavra "vítima" para se referir aos judeus que eles mesmos precisavam enterrar. Deviam dizer "marionetes" ou então "trapos". Para os oficiais nazistas, as ordens eram de "ações de transferência", o que posteriormente se revelou como "morte". O extermínio de todos os judeus era conhecido como "a solução final". Os judeus cuja função era lidar com os mortos eram chamados de "judeus de trabalho". O local onde os judeus esperavam pela execução era conhecido como o "tubo" ou "ascensão". A transferência para um campo de extermínio era chamada de "reassentamento". O momento de atacar um grupo de judeus de surpresa era conhecido como "a hora" e, como esses, seguem-se inúmeros outros exemplos de higienização e eufemização da linguagem.

Weber e suas teorias acerca dos tipos ideais, da sociologia da religião e da questão da autoridade e da burocracia coroam o esforço dos pensadores anteriores no que respeita à constituição da sociologia como área autônoma do conhecimento, com objetos e métodos próprios. Assim, com a discussão sobre Weber, encerramos a unidade I, na qual discutimos os principais autores e as ideias fundadoras da sociologia. Na próxima unidade, utilizaremos esse arsenal teórico para compreender o mundo em que vivemos. Antes de seguir adiante, recomendamos que você leia o resumo que elaboramos e que resolva os exercícios propostos.



Resumo

Enquanto área do conhecimento com especificidades e características próprias, a sociologia surgiu no final do século XIX como resultado das transformações provocadas pela Reforma Protestante, pela Revolução Industrial e pela Revolução Francesa. Nesta unidade, nossa preocupação foi apresentar para você algumas ideias dos pensadores tidos como fundadores da sociologia: Auguste Comte (1798-1857), Émile Durkheim (1858-1917), Karl Marx (1818-1883), Friedrich Engels (1820-1895) e Max Weber (1864-1920).

A sociologia, desde a sua constituição como área do saber, encarregou-se de refletir sobre as seguintes questões: como conhecer a sociedade? Como compreender as relações sociais de forma a transformar e melhorar o mundo? A resposta era bem simples: caberia à sociologia fazer com que o mundo parecesse menos confuso e incompreensível. Tal como afirmado por Mills (1975), era responsabilidade da sociologia investigar os fenômenos sociais com rigor científico, fazendo uso de métodos apropriados para a compreensão daquilo que era seu objeto: a vida em sociedade e as transformações sociais. Em outros termos, se a biologia e a física forneciam os instrumentos necessários para o conhecimento da fauna, da flora, do movimento e do mundo celeste, deveria haver uma área do saber que se encarregasse de fazer a mesma coisa com o mundo social, uma área do conhecimento que fosse capaz de analisar a realidade do ponto de vista da física social.

Para Santos (1996), a sociologia desenvolveu, ao longo do tempo, métodos que permitiram a compreensão das ações humanas em termos de suas relações sociais. Em outras palavras, o conhecimento científico sobre a realidade social não é construído a partir de acasos ou de coincidências; ao contrário, ele parte do princípio de que é possível compreender e explicar a realidade social à luz da razão.

Auguste Comte é um dos clássicos fundadores da sociologia. Sua obra maior, e que praticamente inaugurou a física social, é o *Curso de*

filosofia positiva. Nesse livro, ele atacou a abstração matemática (embora fosse matemático) e colocou no topo do conhecimento a química e a biologia. Caso essa física social pudesse fazer uso dos mesmos métodos experimentais dessas áreas do saber, ela faria jus ao estatuto de ciência. Assim, o positivismo desenvolveu-se como uma escola de pensamento que tinha, como traço marcante, a defesa de soluções para resolver as mazelas sociais, mesmo as decorrentes do desenvolvimento capitalista. Era necessário dominar as emoções e permitir que a ordem conduzisse a humanidade na direção do desenvolvimento harmonioso. Por isso, com exceção da física, da química e da biologia, não havia razão alguma para permitir o avanço de outras formas de conhecimento. O que garantia o atributo científico da física social era justamente o fato de ela fazer uso dos métodos das ciências consagradas.

David Émile Durkheim, por sua vez, desenvolveu a sua obra durante o período em que o capitalismo não apenas havia se disseminado por toda a Europa, mas também já lograra sucesso na apropriação dos recursos das economias não capitalistas da Ásia, da África e da América Latina. A burguesia estava diante de novos problemas que o processo de industrialização e a urbanização acelerada haviam trazido: que modelo de educação deveria prevalecer, o que consagrava a fé ou o representado pelo ensino secular? Quais regras e condutas deveriam reger a vida da sociedade, as religiosas ou as do direito laico?

Durkheim acreditava que a investigação sociológica merecia métodos próprios. Em consequência, em vez de adotar uma abordagem mecanicista do mundo social (abordagem comum em outras áreas do conhecimento), o sociólogo buscou conceber o reino social como um ambiente organicista, no qual o homem, e não a máquina ou a tecnologia, era o elemento principal.

Segundo a perspectiva de Durkheim, a educação, na medida em que exercia poder coercitivo sobre o comportamento social, era um fato social. O mesmo podia ser dito em relação à estrutura familiar, às instituições religiosas e às diferentes formas de organização política: todas elas constituíam fatos sociais, já que não dependiam, única e exclusivamente, das decisões e escolhas individuais. Para Durkheim, o próprio grupo estabelecia os princípios coercitivos, os valores e os hábitos a serem incorporados por todos. Os fatos sociais tinham origem na própria dinâmica da vida social e, ao mesmo tempo, exerciam controle sobre essa mesma sociedade.

Segundo Durkheim, a coerção diz respeito ao caráter impositivo de determinados fatos sociais, e pode ocorrer quando um grupo organizado age de forma a pressionar um indivíduo isolado, ou quando há imposições indiretas que obrigam o indivíduo a adotar determinado comportamento.

A solidariedade está associada à consciência social: quanto mais fortalecida a consciência que ultrapassa os limites dos interesses sociais, maior a solidariedade e a coesão existente numa sociedade. O sociólogo considera a existência de duas formas de solidariedade, a mecânica e a orgânica. A mecânica seria aquela construída nas comunidades menores. Nestas, o interesse de todos prevalece – ou se sobressai – em relação aos interesses individuais. Em contrapartida, a solidariedade orgânica ocorre em sociedades nas quais a divisão do trabalho é mais intensa, cada indivíduo tornando-se responsável por uma função ou por uma atividade. Os membros do grupo não compartilham valores e projetos por se sentirem parte de uma mesma comunidade, mas pela interdependência existente entre eles, por conta da atribuição de tarefas que são indispensáveis à sobrevivência do grupo. Essa solidariedade ocorre apesar de os indivíduos terem crenças e interesses distintos, em especial por dependerem uns dos outros em razão da divisão do trabalho.

O avanço da industrialização e a crescente miséria dos trabalhadores motivaram Marx e Engels a investigar as relações sociais geradas pelo sistema capitalista. Inicialmente, compreenderam que o que determinava os eventos da história era a luta pela posse de recursos materiais limitados. Era o mundo real o motor da história. A insuficiência dos meios de produção teria feito surgirem as classes sociais, e os conflitos entre elas se converteriam no motor da história. A classe capitalista era a dona dos meios de produção (das fábricas, dos equipamentos, dos recursos necessários para a compra dos insumos para a produção); por sua vez, a classe trabalhadora possuía apenas a sua força de trabalho para vender. Os modos de produção determinavam a existência de diferentes classes sociais, que entravam em conflito. Historicamente, como resultado desse conflito, novos modos de produção haviam surgido e novas formas poderiam surgir. Caso os trabalhadores se apropriassem dos meios de produção, não haveria mais exploração do seu trabalho pelos capitalistas.

Para elaborar essa explicação, Marx e Engels utilizaram o método materialista histórico dialético: era materialista porque tinha como base as condições materiais de sobrevivência; era histórico porque a história havia sido construída por meio de sucessivos conflitos entre diferentes grupos em busca de maior participação na distribuição da riqueza; e era dialético porque a história colocava em confronto modelos que acabavam por gerar outro modelo, não necessariamente parecido com os que o haviam gerado. A dialética, para Marx, era essa luta entre contrários que fazia surgir algo novo.

Dos fundadores da sociologia, um papel de destaque é dado a Weber. Aliás, há autores que afirmam ter sido Weber o pensador a, finalmente,

criar o arcabouço de sustentação teórica dessa área do conhecimento. Conhecida como sociologia compreensiva, a sociologia de Weber teve o principal propósito de analisar as manifestações sociais por meio da investigação das ações sociais. As ações sociais poderiam ser divididas em quatro tipos: 1) ação social racional dirigida por objetivos; 2) ação social racional dirigida por valores; 3) ação social afetiva; e 4) ação tradicional. Esse método de análise levou Weber a construir o que chamamos de tipos ideais. A observação do mundo social permite que representemos, a partir de determinados recortes da realidade, certos modelos ou padrões de comportamento.

Outra área para a qual Weber contribuiu enormemente foi a sociologia da religião. Weber partiu da constatação de que a Reforma Protestante havia introduzido na sociedade novos hábitos e valores, em substituição aos do catolicismo cristão. Weber também notou que as últimas décadas do século XIX e o início do século XX haviam presenciado o crescimento da riqueza dos países que tinham sido alcançados pelo declínio do catolicismo e pela prevalência de vertentes cristãs protestantes. Segundo Weber, tal associação não parecia ser aleatória. Ao contrário, era possível explicar a riqueza das nações protestantes pela adoção dos novos costumes e da nova moral que o protestantismo preconizava.

Finalmente, Weber também buscou investigar as formas de organização do capitalismo: afinal, para que ele pudesse florescer e se expandir, era necessário que as instituições capitalistas funcionassem de acordo com critérios racionais de precisão e eficácia. Eram duas as formas de racionalidade: a formal e a substantiva. A combinação entre racionalidade e burocracia, por sua vez, associava-se também ao fenômeno da autoridade, que poderia se manifestar nos seguintes formatos: 1) autoridade tradicional; 2) autoridade carismática; e 3) autoridade racional-legal, apoiada em regras e regulamentos, todos reconhecidos e aceitos pelo grupo.

**Exercícios****Questão 1.** (Enade 2017)

Segue uma lei da história o fato de a solidariedade mecânica, inicialmente única ou quase, perder progressivamente terreno e de a solidariedade orgânica tornar-se, pouco a pouco, preponderante. Entretanto, quando se modifica a maneira como os homens são solidários, a estrutura das sociedades não pode deixar de mudar. A forma de um corpo transforma-se necessariamente quando as afinidades moleculares já não são as mesmas. Por consequência, se a anterior proposição é exata, deve haver dois tipos sociais que correspondam a essas duas espécies de solidariedade.

DURKHEIM, E. *Da divisão do trabalho social*. 4. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010. Adaptado.

A partir do texto apresentado, avalie as afirmativas a seguir e a relação proposta entre elas.

I – A divisão do trabalho é uma resultante necessária do desenvolvimento de um novo tipo social predominante nas sociedades modernas.

porque

II – A substituição da solidariedade mecânica pela solidariedade orgânica está associada ao progresso da divisão do trabalho nas sociedades modernas.

A respeito dessas afirmativas, assinale a opção correta.

- A) As afirmativas I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.
- B) As afirmativas I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.
- C) A afirmativa I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.
- D) A afirmativa I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.
- E) As afirmativas I e II são proposições falsas.

Resposta correta: alternativa D.

Análise das afirmativas

I – Afirmativa falsa.

Justificativa: a afirmativa diz que "a divisão do trabalho é uma resultante necessária do desenvolvimento de um novo tipo social predominante nas sociedades modernas". No entanto, para Durkheim, a divisão do trabalho é uma consequência natural do crescimento populacional e do aumento da complexidade da sociedade. Quanto maior o grupo social, maior a necessidade de dividir as tarefas que assegurem a sobrevivência de todos.

II – Afirmativa verdadeira.

Justificativa: a afirmativa diz que "a substituição da solidariedade mecânica pela solidariedade orgânica está associada ao progresso da divisão do trabalho nas sociedades modernas". A solidariedade mecânica é aquela que ocorre em grupos menores e menos complexos, em que todos se conhecem e todos partilham das mesmas crenças e valores. Por sua vez, a solidariedade orgânica surge em sociedades mais complexas, nas quais a divisão de trabalho ocorre não por conta de todos se conhecerem ou partilharem dos mesmos projetos, mas por essa divisão ser essencial para a sobrevivência do grupo.

Questão 2. (Fundação Carlos Chagas 2018) Um dos conceitos fundamentais na análise do capitalismo feita por Karl Marx é o de materialismo dialético. Com o materialismo dialético, Marx expressa que o movimento da história ocorre tendo por base o antagonismo entre duas classes:

- A) A nobreza, que vive de privilégios, e os plebeus, que constituem o restante da sociedade.
- B) Os grandes latifundiários, que detêm o poder político, e os escravos, que eram suas propriedades.
- C) Os senhores feudais, durante a Idade Média, e os vassalos, que lhes devem lealdade.
- D) A burguesia, que detém os meios de produção, e o proletariado, que vende sua força de trabalho.
- E) Os ricos, que acumulam dinheiro com a exploração capitalista, e os servos, que servem a seus caprichos.

Resposta correta: alternativa D.

Análise das alternativas

A) Alternativa incorreta.

Justificativa: houve conflito entre classes no tempo da transição do feudalismo para o capitalismo. No entanto, esse conflito ocorreu entre os senhores feudais e a burguesia nascente, que havia surgido nas cidades e que vivia do comércio.

